

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA**

**Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.**

**Antonio Felício Filho**

**O ensino técnico integrado ao ensino médio regular na rede pública: da  
regulamentação externa à regulação interna.**

ARARAQUARA- SP

2016

**Antonio Felicio Filho**

**O ensino técnico integrado ao ensino médio regular na rede pública: da regulamentação externa à regulamentação interna.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação, Área de Educação, Curso de Mestrado Profissional da Universidade de Araraquara – UNIARA - como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

Linha de Pesquisa: Gestão Educacional.

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui.

ARARAQUARA– SP

2016

#### FICHA CATALOGRÁFICA

F36e Felício Filho, Antonio  
O ensino técnico integrado ao ensino médio regular na rede pública: da regulamentação externa à regulamentação interna.  
Araraquara: Universidade de Araraquara, 2016.  
87 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Educação

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui

1. Ensino Médio. 2. Ensino integrado. 3. Ensino técnico.

CDU 372

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FILHO, Antonio Felício. **O ensino técnico integrado ao ensino médio regular na rede pública: da regulamentação externa à regulamentação interna.** 2016. 87 folhas.  
Dissertação do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação, Área de Educação, Curso de Mestrado Profissional, da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara – SP.

#### ATESTADO DE AUTORIA E CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Antonio Felício Filho

TÍTULO DO TRABALHO: O ensino técnico integrado ao ensino médio regular na rede pública: da regulamentação externa à regulamentação interna.

TIPO DO TRABALHO/ANO: Dissertação / 2016

Conforme LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, o autor declara ser integralmente responsável pelo conteúdo desta dissertação e concede ao Centro Universitário de Araraquara permissão para reproduzi-la, bem como emprestá-la ou ainda vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a sua autorização.

  
\_\_\_\_\_  
Antonio Felício Filho

Avenida Sebastião Tavares da Silva, 501, São José do Rio Preto/SP

antonioflc@gmail.com



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO,  
GESTÃO E INOVAÇÃO, ÁREA DE EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – para obtenção do título de **Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação**.

Área de Concentração: Educação e Ciências Sociais.

NOME DA AUTORA: ANTONIO FELICIO FILHO

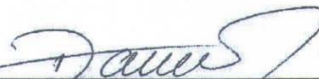
TÍTULO DO TRABALHO: "O ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO REGULAR NA REDE PÚBLICA: DA REGULAMENTAÇÃO EXTERNA À REGULAMENTAÇÃO INTERNA"

Assinatura do(a) Examinador(a)

Conceito

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui (orientador)  
Universidade de Araraquara – UNIARA

Aprovado ( ) Reprovado


  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Darwin Ianuskiewtz  
Universidade de Araraquara – UNIARA

Aprovado ( ) Reprovado

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Anael Fernandes  
Faculdade de Itapeçerica da Serra

Aprovado ( ) Reprovado

Versão definitiva revisada pelo(a) orientador(a) em: 24/10/2016

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui (orientador)

Cada sonho que você deixa para trás, é um pedaço  
do seu futuro que deixa de existir.

Steve Jobs

## **AGRADECIMENTOS**

Inicio os meus agradecimentos ao meu orientador, professor Dr. Luiz Carlos Gesqui, pela compreensão e paciência durante todo este tempo na realização deste trabalho e confiança em minha pessoa em vários momentos que pensei não ser possível a concretização deste sonho.

Aos meus pais, Antonio Felicio e Marli Oliveira Diniz, pelo amor e dedicação prestada em vários momentos da minha vida, me mostrando que com fé e determinação podemos conquistar os nossos sonhos.

À minha namorada Adriana Okayama, pela força e energia que me passa durante vários momentos que pensei em desistir de inúmeros projetos.

Ao meu amigo, Adailton Borges de Oliveira e todos demais colegas do mestrado em que tive a oportunidade de conhecê-los na realização deste curso.

Ao meu sobrinho Heitor Moreira Diniz pelo carinho e afeto que tenho por ele.

Aos meus amigos Regiane Avena Facó e José Rodolfo Beluzo pela paciência e apoio em diversos momentos de produção deste trabalho.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo por propiciar incentivos para pesquisas e inovações.

## RESUMO

A pesquisa aqui apresentada surgiu de inquietações em minha carreira docente ligada ao ensino técnico. Nos últimos anos, houve certo destaque ao oferecimento de cursos do gênero por meio das escolas técnicas, com o objetivo de fornecer ao mercado de trabalho mão de obra qualificada e que atenda às necessidades e exigências de diversas empresas. Com a minha participação como gestor nos programas de ampliação das vagas, ressurgiu a oferta dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Tais cursos possuem diversos objetivos como sociais, econômicos e políticos. Porém, alguns índices mostram a grande taxa de evasão de alunos nestes cursos e nos faz repensar a proposta do curso integrado. Muitos docentes e gestores da educação crêem que o aluno ficando dentro da escola com uma carga horária mais extensa irá automaticamente obter bons resultados. Se o aluno fica grande parte do dia dentro da escola, com uma carga horária maior e mais conteúdo a ser absorvido, qual o motivo de sua evasão em cursos técnicos integrados? Neste sentido, os objetivos desta pesquisa é o de investigar e descrever como o ensino médio integrado é interpretado e utilizado pela escola da rede pública, bem como captar as representações dos professores e gestores escolares quanto ao objeto de estudo e organizar informações que contribuam para a compreensão da política do ensino médio integrado. O campo empírico é uma escola da rede em que atuo e como procedimento de coleta foi oferecido um questionário, testado previamente, com questões fechadas a professores e gestores escolares. Realizada a organização dos dados coletados em quadros, gráficos e tabelas e a revisão da literatura acadêmica e legal necessária as análises foram baseadas em autores cujas pesquisas privilegiam o campo da política educacional voltadas para a organização escolar com destaque para o conceito de anarquia organizada, proposto por Lima (2011). Como resultados apresento evidências empíricas dos modos como uma escola da rede pública efetiva as demandas do ensino médio integrado a partir de legislações conflitantes, servidores com conhecimento limitado destas legislações e o estabelecimento do gestor da escola em uma posição desconfortável frente as decisões que precisa tomar. A organização destas informações permitirá a investigação de outros elementos do ensino médio integrado e a orientação técnica de servidores com vistas à oferta de uma política educacional de eficiente.

**Palavras-chave:** Ensino médio, ensino integrado, ensino técnico.

## **ABSTRACT**

The research presented arose from concerns in my career as a teacher of technical education. In recent years, there has been some emphasis on offering this type of courses through technical schools, in order to provide skilled labor to the market and attend the needs and requirements of different companies. With my participation as manager on the expansion programs of places, resurfaces the offer of technical courses integrated into high school. Such courses have different goals such as social, economic and political. However, some indexes shows a great student dropout rate on these courses and makes us rethink the proposed of integrated course. Many teachers and managers on education believe that the permanence of students in school with a more extensive workload will automatically get good results. If the student is the most part of the day inside the school with a higher workload and more content to be absorbed, what the reason for his evasion of integrated technical courses? In this sense, the objectives of this research is to investigate and describe how the integrated high school is interpreted and used by the public school, as well as capture the representations of teachers and school managers related to the object of study and organize information that contribute to the understanding of the integrated high school policy. The empirical field is a school on the network where I work as teacher and as collection procedure was offered a survey to teachers and school managers, previously tested, with closed questions. Held the organization of the data collected in tables, charts and tables, and a review of the necessary academic and legal literature, the analysis were based on authors whose research emphasize the field of educational policy aimed at the school organization with emphasis on the concept of organized anarchy proposed by Lima (2011). As results, present empirical evidence of the ways in which a school of public network effectives demands of integrated high school starting from conflicting laws, servers with limited knowledge of these laws and the establishment of the school manager in an awkward position facing the decisions that need to take. The organization of this information will enable the investigation of other elements of the integrated high school and technical guidance of servers in order to offer an efficient educational policy.

**Keywords:** High school, integrated education, technical education.



## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Número de matriculados no ensino médio .....	27
Tabela 2 - Indicadores do ensino médio regular.....	34
Tabela 3 - Matrículas no ensino técnico concomitante/subsequente ao médio.....	36
Tabela 4 - Número de matrículas em cursos técnicos integrados.....	38

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Formas de ingresso no ensino médio .....	64
Quadro 2 - Finalidade dos cursos .....	67

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Ensino integrado garante maior qualidade? .....	52
Gráfico 2 - O ensino integrado oferece a possibilidade de sucesso?.....	53
Gráfico 3 - O ensino integrado oferece maior aproximação entre os envolvidos?.....	54
Gráfico 4 - A implantação do curso integrado afetou os trabalhos da escola?.....	55
Gráfico 5 - Existem complicadores para o ensino integrado? .....	56
Gráfico 6 - Existem facilitadores para o ensino integrado?.....	57
Gráfico 7 - Como é discutido o ensino integrado na sua escola? .....	58
Gráfico 8 - Os momentos são suficientes para a discussão do integrado? .....	59
Gráfico 9 - Conflitos nas legislações do ensino médio regular e do ensino integrado? .....	59
Gráfico 10 - A discussão do ensino integrado é relevante para o desenvolvimento? .....	60
Gráfico 11 - Dúvidas na legislação das modalidades dos cursos .....	61
Gráfico 12 - Quais expectativas em relação ao ensino médio integrado.....	62

## Lista de Abreviaturas e Siglas

<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e de nível Superior
<b>CEB</b>	Câmara de Educação Básica
<b>CEFET</b>	Centro Federal de Educação Tecnológica
<b>CEFET-SP</b>	Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CPS</b>	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
<b>EAD</b>	Educação à Distância
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IFs</b>	Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia
<b>IFSP</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
<b>INEP-MEC</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Ministério da Educação
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MEC-SETEC</b>	Ministério da Educação- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
<b>PRONATEC</b>	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
<b>SciELO</b>	Scientific Electronic Library Online
<b>SEE-SP</b>	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
<b>SETEC</b>	Secretaria de educação profissional e tecnológica
<b>UAB</b>	Universidade Aberta do Brasil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
Definição do tema e do problema .....	26
Justificativa .....	28
Hipótese .....	28
Objetivos .....	29
Objetivo geral .....	29
Objetivos específicos .....	29
Metodologia .....	29
A coleta das informações e os instrumentos .....	30
Procedimentos de Análise.....	30
Campo empírico.....	30
Estrutura do trabalho.....	30
<b>Capítulo 1 - O ensino médio no Brasil: histórico e sustentação legal. ....</b>	<b>32</b>
1.1. O ensino médio regular.....	32
1.2. O ensino técnico concomitante ao ensino médio.....	35
1.3. O ensino médio integrado à educação profissional.....	36
<b>Capítulo 2 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP): história e organização .....</b>	<b>39</b>
2.1. Histórico institucional.....	39
2.2. Histórico do Campus .....	41
2.2.1. Caracterização do Campus .....	42
<b>Capítulo 3: Coleta, organização e análises das informações .....</b>	<b>44</b>
3.1. Instrumento de coleta.....	44
3.2. Procedimento de coleta.....	44
3.2.1. O pré-teste.....	45
3.2.2. O questionário definitivo e algumas considerações.....	51
3.3. Os itens selecionados .....	63

3.3.1. Quanto ao ingresso .....	63
3.3.2. Quanto às finalidades.....	65
3.3.3. Quanto às avaliações e conselhos finais .....	68
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>71</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>76</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>81</b>
Anexo 1 – O questionário .....	81
Anexo 2 – Autorização para coleta de dados.....	85
Anexo 3 – Termo de consentimento livre e esclarecido .....	86

## INTRODUÇÃO

O acesso à informação tem se mostrado ao longo da história algo de suma importância para a humanidade, visto que já foi o fator preponderante para a sobrevivência do indivíduo, para a ascensão financeira ou social, para a obtenção de trabalho ou de melhores trabalhos, entre outros exemplos. Todavia, na atual sociedade não basta o simples acesso à informação, faz-se necessário a transformação dessas informações em conhecimento o que leva a ratificação da escola como instituição social fundamental em nossos dias. A importância social da escola é reiterada, de modo especial no Brasil, por meio da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que a apresenta como um direito de todos e um dever do Estado e da família o que situa a escola pública na condição privilegiada, e necessitada também, de prioritária na implantação de políticas públicas que permitam o cumprimento deste direito constitucional.

Diversas políticas públicas educacionais foram implantadas durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), uma delas sendo a Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2004), política ao qual se comprometia com a redução de desigualdades sociais, incorporando a educação básica com a educação profissional e tecnológica, promovendo interação entre elas e também com outras políticas públicas.

De acordo com Andrade (2015), a realidade apresentada no Brasil é de que a juventude brasileira sempre foi e permanece sendo uma juventude trabalhadora no qual o trabalho faz parte da maioria dos jovens por pertencerem a famílias de baixa renda, tendo seu ingresso antecipado no mercado de trabalho. Esta demanda ligada a de formar indivíduos capacitados para o mercado, a pedido de setores empresariais, influenciou para o governo ter, nos últimos anos, foco na educação profissional como objeto para viabilizar e solucionar tais demandas sociais.

Dessa forma, ao adentrarmos em discussões referentes a qualquer das inúmeras políticas públicas educacionais em curso no Brasil torna-se necessário delimitarmos a qual nos referimos e a justificativa principal pela opção. No caso desta pesquisa fez-se a opção sobre a política pública educacional referente a integração do ensino técnico ao ensino médio regular, cuja justificativa principal recai no fato desta política educacional sugerir a possibilidade de uma qualificação mais específica aos alunos da etapa final da educação básica, marcada pelo desafio do combate a evasão escolar em

virtude do abandono e da necessidade do jovem entrar no mercado de trabalho. Entretanto, recai também sobre uma inquietação que vivencio em meu cotidiano profissional.

Algumas das inquietações que serão apresentadas neste trabalho surgiram no início da minha carreira docente pela rede de ensino técnico do Centro Paula Souza<sup>1</sup>. Iniciei minha carreira docente logo após a conclusão do curso superior que fiz em tecnologia em informática para gestão de negócios. Como professor e profissional da área de tecnologia, observava algumas incoerências nos objetivos e finalidade dos cursos técnicos e a realidade apresentada na escola. Após um período, comecei também a lecionar no nível superior de instituições particulares nos cursos de engenharia da computação, ciência da computação e administração de empresas e nesse mesmo tempo fui eleito pela equipe de docentes do Centro Paula Souza em coordenador dos cursos técnicos.

Logo no começo de minha gestão como coordenador, fiquei responsável pela implantação do curso de técnico em informática integrado ao ensino médio, modalidade de ensino diferente do que a oferecida anteriormente (ensino médio regular e ensino técnico subsequente ou concomitante) em virtude da necessidade da escola se adequar ao Decreto Federal 5.154/2004 (BRASIL, 2004), que será apresentado no decorrer do trabalho. Após o período de implantação, deixei a autarquia estadual e ingressei na rede federal de cursos técnicos e superiores do – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo<sup>2</sup> (IFSP) na cidade de Barretos, onde atuo até hoje como coordenador de cursos técnicos.

Como ocorria na escola que trabalhava anteriormente, estava em andamento a implantação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Observei como coordenador de tais cursos, tanto na rede estadual como na rede federal, que os problemas observados são os mesmos. Dos cinco (5) anos como coordenador em tais instituições presenciei a grande preocupação pelos números de alunos matriculados e concluintes, resultando em professores entregando diplomas técnicos para alunos não aptos a exercerem determinada função técnica, efeito resultante da política de

---

<sup>1</sup> O Centro Paula Souza é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). A instituição administra 220 Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e 66 Faculdades de Tecnologia (Fatecs), reunindo mais de 290 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superiores tecnológicos, em mais de 300 municípios.

<sup>2</sup> O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP – é uma autarquia federal de ensino.



bonificação salarial<sup>3</sup> para escolas, uma vez que na composição da referida bonificação salarial os indicadores de frequência dos alunos tem centralidade, ou seja, apresentar baixos índices de evasão é uma necessidade para ampliar, em muito, a possibilidade de recebimento desta bonificação.

Na minha vida profissional verifiquei escolas que ofereciam ensino médio regular e ensino técnico subsequente, em que o aluno deve estar no mínimo matriculado no segundo ano do ensino médio para realizar o curso técnico. Estas escolas, portanto, passaram a ofertar ensino técnico integrado para apenas conter a evasão dos cursos subsequentes, mas legalmente, estas escolas estavam se adequando ao Decreto Federal 5.154/2004 (BRASIL, 2004). A visão da comunidade escolar era de que como o aluno é obrigado a fazer o ensino médio ele não abandonaria o curso técnico, já que agora é integrado, ou seja, uma matrícula só.

No Programa Vence, parceria do governo paulista com o governo federal, os estudantes das escolas estaduais do Ensino Médio têm o curso regular integrado ao Ensino Técnico. Esses cursos técnicos são ministrados em parceria com o Centro Paula Souza (CPS) e o Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Atualmente, o modelo está implantado em cinquenta e três (53) unidades de ensino distribuídas pelo Estado e oferece vinte e um (21) tipos diferentes de cursos. Como coordenador de cursos da rede federal de ensino, verifiquei por meio do Programa Vence, que não existe comunicação eficiente entre as instituições, em especial, no que se refere à organização didática vigente.

Pelo programa, as aulas do núcleo comum<sup>4</sup> são lecionadas pelos professores da rede paulista de ensino e as aulas da parte profissionalizante<sup>5</sup> pelos professores da rede federal de ensino. Durante toda a parceria verifiquei que cada rede executava suas ações como bem entendem, porém em um curso único. Calendários distintos, regras e métodos de avaliações distintas onde até mesmo uniforme dos alunos eram diferentes para o mesmo curso.

---

<sup>3</sup> Bonificação por Resultados é um valor a ser pago aos servidores em efetivo exercício na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, decorrente do cumprimento de metas previamente estabelecidas, visando à melhoria e ao aprimoramento da qualidade do ensino público.

<sup>4</sup> Núcleo Comum: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Matemática, Biologia, Física, Química, História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

<sup>5</sup> Parte Profissionalizante: Operação de Programa Aplicativo, Algoritmo e Programação, Montagem e Manutenção de Computadores, Desenvolvimento Web, Linguagem e Técnicas de Programação, Modelagem e Projeto de Banco de Dados, Redes de Computadores, Gestão de Sistemas Operacionais, Tecnologias e Linguagem para Banco de Dados e Análise e Projeto de Sistemas.

Sendo um dos gestores que vivenciam esta realidade, dificuldades são encontradas para garantir a qualidade do ensino e aprendizado destes alunos, mas mesmo assim garantem aos órgãos governamentais um bom número de matriculados conforme o desejado, mas não de concluintes. Entre as principais razões apresentadas para a desistência estão o desconhecimento e a insatisfação com a estrutura dos cursos ou por não apresentar identificação com a escolha do curso.

No dia a dia da escola, principalmente na reunião de conselho de classe, as dificuldades são mais intensas. Nos últimos anos, na condição de coordenador de curso, realizei todas as reuniões de conselho e durante o primeiro, o segundo e o terceiro bimestre de cada e a participação os docentes contratados pelo governo estadual paulista nestas reuniões foi praticamente inexistente. Somente conseguia uma grande presença destes docentes nos conselhos finais, isto é, apenas nos momentos em que se decide sobre a aprovação ou não dos alunos.

Indignado com tais situações, além do aluno não entender de qual escola ele realmente é, na parceria que tivemos, os alunos recebiam o certificado de conclusão do ensino médio pelo IFSP, mas calendário escolar, formas de avaliação, uniformes, merenda escolar e até a forma de ingresso eram ditadas pela rede estadual de ensino. Outra situação que me deixava constrangido era a falta de comunicação com os colegas da rede estadual de ensino, não conseguindo um diálogo para apontar ou esclarecer falhas e erros do dia a dia escolar. Como amparo legal aos envolvidos no projeto do IFSP com o governo paulista de ensino, só existia a organização didática desenvolvida especialmente para a parceria, porém não contemplava tais itens no documento, deixando na mão dos gestores a decisão final, o que resultava, como previsto, em situações conflitantes.

Com o ingresso e a participação nas atividades do Mestrado Profissional em Educação entendi a necessidade de transformar uma inquietação pessoal em objeto de pesquisa e para tanto realizei um levantamento bibliográfico como o objetivo de obter um mapeamento inicial sobre o que o campo educacional e o campo legal têm produzido sobre o ensino médio regular, sobre o ensino médio técnico e sobre o ensino médio integrado.

As palavras-chave definidas para busca, na condição de expressão exata, foram: ensino médio, ensino integrado e ensino técnico. A busca por teses e dissertações foi realizada no banco de resumos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e de Nível Superior (CAPES) e a busca por artigos científicos publicados em periódicos

utilizou o banco de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram utilizadas também algumas das referências bibliográficas básicas e complementares disponibilizadas nas disciplinas cursadas neste mestrado. Vale destacar que outras produções foram acrescentadas após o levantamento inicial em função do conjunto de informações coletadas, das análises e de indicações apresentadas no exame de qualificação.

Quanto às teses e dissertações foram localizadas duzentas e dezessete (217) produções, todavia após a leitura dos títulos muitas foram desconsideradas por não apresentarem, no momento, relação com o interesse desta pesquisa. Posteriormente foram analisados os resumos das produções que apresentaram em seus títulos alguma relação com o interesse desta pesquisa, contudo, observou-se uma grande variedade de objetos de pesquisa como o ensino médio diurno e noturno, metodologia de ensino e ou práticas pedagógicas em diferentes componentes curriculares, o trabalho docente no ensino médio, pedagogia de projetos para o ensino médio, as relações professor e aluno no ensino médio e a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino médio, entre outros.

Do material analisado foram selecionadas, para esta etapa do projeto, quatro produções com destaque para Sampaio (2013) que trabalha sobre os egressos da educação profissional e a preocupação com políticas educacionais na área técnica para o avanço e progresso do cidadão. Destaca em sua obra a pressão de empresas por mão de obra específica chegando a fazer com que o currículo dos cursos fosse alterado e a grande preocupação do governo esteja nas escolas técnicas e tecnológicas, em diversos momentos históricos, tanto no Brasil como no resto do mundo. Durante o governo do presidente Lula, encontramos este pensamento sobre o ensino profissional e de articulações entre empresas e instituições de ensino para formar mão de obra capacitada. Em outros momentos da história do mercado de trabalho brasileiro, este cenário já havia ocorrido para atender demanda parecida.

O autor comenta ainda que, embora os cursos técnicos seja uma boa opção para a população, o mercado opera com processos flexíveis, onde a educação profissional sempre será exigida com conteúdos atualizados e reformulados para aderência às práticas de funcionamento das empresas. Fazendo uma ligação de sua obra com as recentes políticas educacionais do Brasil encontramos o Programa Nacional de Acesso

ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)<sup>6</sup>. Criado para auxiliar as empresas na qualificação de seus trabalhadores por meio de cursos técnicos rápidos de três a seis meses, o PRONATEC oferecia novas oportunidades de emprego aos alunos participantes e o currículo de tais cursos era baseado na necessidade da empresa que realizava a parceria com a instituição de ensino.

Em toda a sua obra o autor deixa claro o papel do Estado como planejador e executor de políticas relacionadas à qualificação e a preocupação na inserção de jovens no mercado de trabalho, caracterizando o governo como um “agente complementar” às demandas do mercado.

Pela relação de economia globalizada e com políticas educacionais na área técnica, o autor ainda comenta sobre os baixíssimos níveis de escolaridade da população brasileira. Para solucionar este item, vimos nos últimos anos o investimento do governo federal de uma nova forma de aprendizagem, o ensino a distância, resultado do avanço significativo de usuários de internet no Brasil e uma boa opção de investimento de baixo custo para o aumento da escolaridade da população em relação ao necessário para o mesmo resultado no ensino presencial. O programa Universidade Aberta do Brasil<sup>7</sup> (UAB) surge nesse processo com oferta de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação com diversos polos espalhados pelo país.

Já Andrade (2015) reafirma tal cenário dos últimos anos no Brasil e no item referente ao currículo de cursos integrados define que é uma nova forma de integração de conhecimentos, através de variadas relações que quebram os bloqueios artificiais que transforma disciplinas em compartimentos específicos. Porém há uma grande preocupação na construção de currículos integrados e que seja flexível e contextualizado. As atividades pedagógicas, discussões, avaliações e organização de um curso precisa ter um potencial para compreender o processo educativo e nele interagir, onde o aluno aprende a criticar e propor mudanças para a qualidade. Se ainda integrado tais mudanças acontecem de forma fragmentada, seu efeito coletivo não irá atingir a transformação nas práticas educativas tradicionais voltadas para o conteudismo e avaliação quantitativa. Hoje o currículo dos cursos técnicos integrados ainda é modular como ocorria nos cursos concomitantes/subsequentes.

---

<sup>6</sup> O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

<sup>7</sup> O programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância.

Outra produção destacada para este trabalho é a de Martino (2006) ao afirmar que a educação profissional e tecnológica no Brasil é parte integral do processo de formação dos trabalhadores, devendo ser compreendida por parte dos governantes como uma política pública e estratégica. No entanto, diferentes sujeitos sociais têm interesses específicos na formação profissional, passando dos interesses dos trabalhadores para os sindicatos, os empresários, segmento secundários e demais interessados.

Ainda que as instituições de ensino estejam acostumadas a oferecer cursos prontos, tanto Martino (2006) como Sampaio (2013) afirmam que a escola trabalha por oferta necessitando constante atualização de seus conteúdos. Com os cursos oferecidos em cada instituição, as mudanças tecnológicas e conseqüente evolução de competências exigidas em um aluno organizam as interações entre as instituições interessadas na assimilação de novos conhecimentos, surgindo assim as parcerias educacionais, onde alguns exemplos serão apresentadas no decorrer deste trabalho.

As mudanças no mundo do trabalho indicam que a qualificação oferecida pelos cursos técnicos é um ponto considerado sempre estratégico de interesses entre trabalhadores e empregadores. Martino (2006) mostra em sua obra sobre a necessidade de conjugação dos esforços nas parcerias educacionais na busca de soluções, já que instituições de ensino não possuem condições técnicas e estruturais para atender sozinhas às novas exigências. A necessidade das parcerias torna-se necessária também para criar estratégias de cooperação para elevar o nível que qualificação da população.

Com os conceitos e análises da autora podemos entender a parceria do Programa Vence, em que o governo estadual paulista necessitava de professores da área técnica e o IFSP necessitava de professores no núcleo comum para um único objetivo, oferecer o ensino médio integrado nas escolas públicas do estado de São Paulo.

Assim a possibilidade de integração do ensino médio com o ensino técnico representou um avanço no processo de redução da dualidade entre estas modalidades de educação, conforme Ortigara (2012). Esta modalidade de ensino é fruto de versões que foram geradas no âmbito de uma complexa acumulação de forças com a participação de entidades da sociedade civil e de intelectuais.

Com a expansão das ofertas de cursos técnicos integrados, temos a unidade de estudo deste trabalho. Com as informações do crescimento da economia brasileira nos anos 2000 gerando cobrança das empresas de empregados qualificados, parceria entre as instituições públicas e privadas foram realizadas para solucionar este cenário resultando na criação de novas escolas técnicas. As parcerias realizadas entre governos tiveram

preocupação na quantidade de alunos matriculados ou de melhoria da educação e qualificação da população? Será que a organização da escola está de acordo com a necessidade de aprendizagem do aluno para este fim?

As produções citadas contribuem para evidenciar que os cursos técnicos integrados surgem para sanar cobranças de interesses industriais dentro das escolas e como uma decisão de ampliação de cursos técnicos podem afetar diferentes escalas da sociedade. Tais autores contribuíram para agregar mais informações na construção desta dissertação, mostrando a preocupação de entidades em ofertar cursos, com boas propostas e ideais, porém veremos neste trabalho como isso foi concretizado na prática.

No que se refere aos artigos científicos publicados em periódicos foram localizadas duzentas e catorze (214) produções, todavia após a leitura dos títulos muitas foram desconsideradas por não apresentarem, no momento, relação com o interesse desta pesquisa. Posteriormente foram analisados os resumos das produções que apresentaram em seus títulos alguma relação com o interesse desta pesquisa, contudo, observou-se uma grande variedade de objetos de pesquisa como o letramento no ensino médio, a iniciação científica no ensino médio, o financiamento no ensino médio, os diversos materiais didáticos utilizados no ensino médio, e análises sobre os diversos componentes curriculares do ensino médio entre outros.

Das produções selecionadas, cabe destacar Catani, Oliveira e Dourado (2001) ao afirmarem que vivemos especialmente agora em uma sociedade vinculada a transformação no trabalho, em que a competitividade é algo que se tornou natural, onde o indivíduo que possui o maior conhecimento tende a garantir lugar de destaque na sociedade, sendo nada mais do que uma garantia de sobrevivência aos novos costumes e, diante desta necessidade de sobrevivência, novas políticas educacionais são implantadas nas instituições de ensino brasileiras.

Os autores afirmam ainda que na fase atual do mercado de trabalho, acesso e controle da informação são mercadorias valiosas, podendo propagar o conhecimento técnico e científico devido a importância vital na luta competitiva. Comentam também algo muito válido sobre a questão da importância do estudo aliado ao trabalho, onde o curso técnico é ator. A escola se torna espaço de formação de cidadãos capazes de se adaptar às exigências de um mercado que busca profissionais que dominem a inteligência de um processo e não só apenas a competência específica em algo. Daí surge a importância da preocupação na construção de um currículo realmente integrado nas competências de um profissional técnico.

Rus Perez (2010) por sua vez, destaca que mesmo assim, há de se refletir sobre este avanço e adoção desta política educacional sendo importante dedicar-se a examinar a implementação das políticas, assim como reexaminar o que foi implementado e deu certo e o que de fato funciona. Também é importante investigar sob que condições as diversas políticas educacionais são implementadas e como elas funcionam e se são exitosas. Para tanto, têm sido desenvolvidos modelos teoricamente consistentes, visando enfrentar e compreender essa complexidade.

Na análise do processo de implantação devem ser vistos os verdadeiros objetivos de uma política pública, o que se pretende, consistência na formulação da estratégia, desenho organizacional para viabilizar as ações planejadas, e a busca de parcerias eficazes para garantir a implementação. Rus Peres (2010) demonstra que a educação pública é entendida por tentativas e erros, sem um foco claro ou objetivo e que as implementações de novas ações políticas no setor da educação raramente ocorrem de forma tranquila e total.

A sua obra faz relação direta com este trabalho, pois a inquietação surge na inserção de uma nova política pública educacional sem o devido planejamento e amparo legal aos gestores da escola para tomada de decisão. Diversas parcerias já foram realizadas no Brasil entre instituições de ensino e órgãos privados. O programa Vence foi criado e planejado com base nos acertos de outros programas? Veremos.

Já Giacomini-Filho (2014) destaca que como forma de aperfeiçoar e maximizar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes no país, o Estado então adota o conceito das parcerias que visam, principalmente, aumento da quantidade de alunos matriculados em cursos técnicos e que possa garantir a possibilidade da inserção deste participante no mercado de trabalho.

O autor considera que todas as parcerias devem beneficiar ambos envolvidos, porém uma parceria educacional não pode ser considerada como o último recurso para disponibilizar algo. O próprio governo reconhece nas parcerias como uma forma de garantir projetos pedagógicos e educacionais, dentro de um plano de crescimento e interesse entre os envolvidos, mas resta em muitos projetos conquistar a confiança de públicos.

No cenário institucional brasileiro, tem se tornado comum a formação de parcerias como forma de manter e conquistar esses mercados. Assistimos à união de forças no setor bancário, supermercadista, aéreo, publicitário, alimentar, dentre outros, que não hesitaram em empreender acordos associativos para consolidar e ampliar

interesses comerciais e sociais. Souza (2000) apresenta uma linha do tempo sobre parcerias:

Durante o Governo Quécia (1986-1990), foi lançado o Programa “Adote uma Escola”, destinado a incentivar empresas a apoiar financeiramente escolas públicas, contribuindo com recursos materiais para reparos e manutenção do prédio escolar, com complementação do quadro de funcionários e, até mesmo, incremento salarial de professores. Em 1994, no governo Fleury (1991-1994), o documento “Programa de parceria empresa-escola pública” apresenta objetivos e premissas dessa parceria indicando que este é um caminho a ser fortalecido, na busca de melhoria na qualidade de ensino. No Governo Covas (1995-1999) também existem iniciativas na direção do fortalecimento de ações de parceria empresa-escola (SOUZA, 2000. p.173).

As atividades nas parcerias citadas foram, em sua maioria, de iniciativa das empresas e não das próprias escolas. Nos projetos observou-se que, segundo a autora, a motivação das empresas foi de criar ou manter sua imagem social, tendo as atividades mais caracterizadas como assistência social, atendendo as escolas por suas necessidades materiais revertendo às empresas a divulgação do produto ou da marca.

Em todos os projetos destacados não houve continuidade. Além de restrita abrangência, ficou clara a fragilidade presente nos vínculos entre empresas e escolas, faltando uma efetiva interação dos envolvidos em torno de uma proposta comum de trabalho com foco na qualidade do ensino.

Às informações de Souza (2000) acrescentamos outras do plano legal inclusive, como o fato de que mais recentemente, em 2011, com o Decreto nº 57.121, o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, estabeleceu o programa Rede de Ensino Médio Técnico, destinado a oferecer, gratuitamente, ensino médio articulado a educação profissional técnica de nível médio, nas modalidades integrada e concomitante para alunos do ensino médio da rede pública estadual (SÃO PAULO, 2011).

No âmbito federal, após grande investimento do governo, passou-se a identificar e quantificar a existência da evasão nos cursos técnicos no Brasil a partir de 1996, bem como as suas causas. Nos escassos estudos sobre essa questão, a política educacional de expansão do ensino técnico destacou que:

O acesso e a permanência do aluno na escola é uma dimensão da democratização da educação. A expansão das escolas técnicas no governo Lula pode ser feita com apoio nas pesquisas sobre evasão escolar para tentar solucionar o problema antes que ele aconteça nessas novas instituições de qualificação profissional (HEIJMANS, 2013, p.1).



Tais citações revelam que independente do governo, todos investiram na oferta de cursos técnicos para atender a necessidade do mercado de trabalho em mão de obra qualificada, mas ambos não aplicaram métodos efetivos para diminuir o índice de evasão em tais cursos, pois mesmo após inúmeros esforços para melhorar os índices de evasão em cursos de nível médio, as escolas ainda apresentam números insuficientes ao esperado nos projetos.

Como este trabalho mostrará uma realidade de uma parceria entre instituições de ensino na busca de formar profissionais qualificados, estes artigos auxiliam para verificar a importância das parcerias e, mostrando algumas que já ocorreram ao longo da história, se os erros continuam a persistirem nos convênios influenciando o dia a dia escolar.

Quanto aos referenciais bibliográficos utilizados destaca-se Valente (1999) ao citar que, nesta sociedade tecnológica, o conhecimento se torna a chave essencial para o futuro promissor de qualquer indivíduo, uma vez que seus processos de aquisição tem hoje um papel de destaque no novo cenário da sociedade, alimentando a ideia de que quanto mais conhecimento, mais oportunidades e garantias de trabalho serão apresentadas a um indivíduo.

No que se refere à organização burocrática das instituições escolares cabe destacar Marin e Penna (2013) que discorrem sobre o modo como a legislação está descrita nos documentos oficiais, isto é a regulamentação e os modos como são efetivadas no cotidiano escolar, isto é sua regulação, evidenciando a necessidade do conhecimento teórico e técnico do amparo legal do funcionamento das escolas, porém, também é necessário o conhecimento do modo como este amparo é transformado em práticas escolares. Nesse sentido o modelo díptico da escola como organização proposto por Lima (2011) contribui significativamente para a compreensão de como a ampla legislação do ensino médio profissional integrado ao ensino médio regular é materializado no cotidiano das escolas.

Lima (2011) justifica a apresentação do modelo díptico de escola como organização uma vez que considera problemático interpretar e analisar o funcionamento de uma escola apenas pela perspectiva burocrática ou apenas pelos muitos novos aspectos do cotidiano das escolas ainda não contemplados pela conformidade burocrática. Dito de outro modo afirma que a escola não é “exclusivamente burocrática ou anárquica. Mas não sendo exclusivamente uma coisa ou a outra poderá ser simultaneamente as duas (p.51)”.

O autor destaca a importância e a necessidade do conhecimento técnico e legal de todas as situações presentes no cotidiano da escola para a definição de encaminhamentos que contribuam para o bom funcionamento da mesma, uma vez que a grande maioria destas situações como a jornada de trabalho dos funcionários, horário de funcionamento e finalidades do estabelecimento, entre outras, são contempladas no plano legal formal e descritas por ele como regras formais-legais, todavia, muitas situações, entre elas as decorrentes da implantação de novas legislações ou novos projetos, que são do conhecimento dos profissionais envolvidos no âmbito da escola, ainda não se ajustaram ao funcionamento da escola, em especial pelo dinamismo presente em seu cotidiano, são descritas por ele como regras não formais.

Segundo Lima (2011) a simultaneidade da convivência de práticas escolares definidas por regras formais-legais com regras definidas como não formais estabelece um campo de investigação favorável para a compreensão do cotidiano escolar bem como a transposição das situações classificadas como não formais para o campo das classificadas como formais-legais, entretanto, este modelo de análise possibilita elaborar análises à política de ensino médio profissionalizante integrado ao ensino médio regular atualmente em curso no IFSP, visto que, o gestor escolar é o responsável e executor da referida política no âmbito da escola, contudo, dadas as atuais condições objetivas da referida política depara-se com legislações diferentes para sustentar importantes decisões.

O cenário descrito enfatiza ao indivíduo a importância pela busca do conhecimento – que na sociedade atual ocorre prioritariamente no interior das escolas públicas - para sua transformação social e profissional, entretanto também enfatiza a necessidade da compreensão das políticas em curso, em especial as referentes à organização escolar frente às normas e regulamentações que lhe são impostas legalmente, bem como aquelas que são criadas no interior da escola.

### **Definição do tema e do problema**

A partir da introdução e do levantamento bibliográfico inicial realizado pode-se inferir que a escola é fundamental em nossa sociedade. Some-se a isto o fato de que a escola pública é responsável pelo atendimento da maioria da população e que além das informações acadêmicas e legais, alguns indicadores estatísticos mostram a importância do ensino médio para a educação básica. A democratização do acesso ao ensino médio

possibilitou o avanço do número de alunos matriculados nas escolas, devido a exigência de trabalhadores com a educação básica concluída. Dados do censo mostram tal aumento significativo nas escolas nos últimos anos, impulsionado também pela política educacional de democratização do acesso à escola conforme Tabela 1 exposta a seguir.

**Tabela 1 - Número de matriculados no ensino médio**

Ano	Total	Rede			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
1991	3.772.698	103.092	2.472.964	177.268	1.019.374
1992	4.104.643	98.687	2.836.676	223.855	945.425
1993	4.478.631	93.918	3.180.546	244.397	959.770
1994	4.932.552	100.007	3.522.970	267.803	1.041.772
1995	5.374.831	113.312	3.808.326	288.708	1.164.485
1996	5.739.077	113.091	4.137.324	312.143	1.176.519
1997	6.405.057	131.278	4.644.671	362.043	1.267.065
1998	6.968.531	122.927	5.301.475	317.488	1.226.641
1999	7.769.199	121.673	6.141.907	281.255	1.224.364
2000	8.192.948	112.343	6.662.727	264.459	1.153.419
2001	8.398.008	88.537	6.962.727	264.459	1.153.419
2002	8.710.584	79.874	7.297.179	210.631	1.122.900
2003	9.072.942	74.344	7.667.713	203.368	1.127.517
2004	9.169.357	67.652	7.800.983	189.331	1.111.391
2005	9.031.302	67.650	7.584.391	186.045	1.068.734
2006	8.906.820	67.650	7.584.391	186.045	1.068.734
2007	8.369.369	68.999	7.239.523	163.779	897.068
2008	8.366.100	82.033	7.177.377	136.167	970.523
2009	8.337.160	90.353	7.163.020	110.780	973.007
2010	8.357.675	101.715	7.177.019	91.103	987.838
2011	8.400.689	98.814	7.153.083	80.289	1.011.965
2012	8.376.852	109.569	7.012.788	67.808	1.057.296
2013	8.312.815	116.658	6.955.501	60.343	1.056.902

Fonte: Inep/MEC<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Foram selecionados os dados de matrículas até 2013 por ser o ano de implantação do curso técnico integrado ao ensino médio na unidade de estudo deste trabalho.

Certamente os números apresentados na Tabela 1 podem ser explorados de muitas formas, todavia destaco quatro (4) aspectos: o total de matrículas mais que dobrou no período observado; as redes estaduais respondiam em 1991 por aproximadamente 65% do total de matrículas e, em 2010 por mais de 85% do total e, as redes privadas respondiam em 1991 por aproximadamente 27% do total de matrículas e, em 2010 por apenas 12% do total além do aumento de matriculados na rede federal após a implantação do ensino técnico integrado ao ensino médio nos institutos federais.

A partir do cenário exposto é possível inferir que a modalidade de ensino técnico integrado ao ensino médio regular constitui-se em objeto de pesquisa, visto que abarca, por exemplo, legislações diferentes e objetivos diferentes. Neste sentido a pergunta desta pesquisa pode ser descrita do seguinte modo: como a escola que oferece o ensino técnico integrado ao ensino médio regular se organiza e atende suas demandas frente a esta modalidade?

### **Justificativa**

Investigar os modos como o ensino médio regular é integrado ao ensino técnico possibilitando captar informações de como as orientações oriundas de instâncias administrativas superiores são reinterpretadas no interior da escola e transformadas em práticas escolares. Algumas produções, como citadas no levantamento bibliográfico realizado, descrevem cada uma das modalidades e seus desdobramentos, porém esta pesquisa produzirá informações sobre os fatores que interferem no processo de transição entre a regulamentação externa (plano legal) e a regulação interna (na escola).

As poucas análises da tabela 1 sugerem que as políticas educacionais voltadas ao ensino médio e seus desdobramentos necessitam de acompanhamento científico constante visto que atendem a grande maioria da população dessa etapa escolar e que não pode caracterizar-se apenas pela ampliação de tempo escolar e pelas altas taxas de evasão recorrentes.

### **Hipótese**

A hipótese desta pesquisa é centrada na possibilidade de que a legislação que ampara o ensino técnico integrado ao ensino médio apresenta divergências que

contribuem para a inviabilidade da proposta expressa em situações como nos parâmetros utilizados para a promoção dos alunos para a série-ano seguinte ou conclusão do ensino médio.

## **Objetivos**

### **Objetivo geral**

O objetivo geral desta pesquisa foi o de investigar e descrever o amparo legal das três (3) modalidades de ensino médio e cotejá-las com as produções acadêmicas e a sustentação legal de modo a identificar possíveis pontos divergentes entre elas. O intuito principal desta pesquisa não foi o de questionar as possíveis vantagens e desvantagens do ensino técnico integrado se comparado às demais modalidades, mas verificar as regulamentações externas criadas pelas políticas públicas e criar um documento representativo no auxílio do trabalho dos gestores destas escolas técnicas.

### **Objetivos específicos**

Os objetivos específicos foram os de verificar como a escola orienta suas práticas e captar nos momentos de formação em serviço as representações de professores e gestores escolares quanto ao ensino médio integrado e possivelmente, elaborar um instrumento que possibilite o aprofundamento do tema.

## **Metodologia**

De acordo com Luna (1997) metodologia é um instrumento poderoso por representar e apresentar os paradigmas de pesquisa vigentes e aceitos por diferentes grupos de pesquisadores em um dado período de tempo. Quando se trata de uma pesquisa com orientação qualitativa, a escolha das unidades é complexa, por coletarem grande diversidade de informação de uma variedade de fontes diferentes e ao final, apresentar compatibilidade e integração obtendo as respostas esperadas em uma pesquisa.

Este estudo trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, pois busca captar particularidades de um fenômeno e com característica descritiva, uma vez que se propõe a descrever estas particularidades.

## **A coleta das informações e os instrumentos**

O procedimento de coleta de informações foi baseado no levantamento das legislações que sustentam as três (3) modalidades de ensino médio e na oferta de questionário (ANEXO 1) com questões fechadas direcionado a professores e gestores escolares com o intuito de captar concepções dos mesmos quanto ao ensino médio integrado. As informações coletadas<sup>9</sup> foram organizadas em gráficos, quadros e tabelas.

A coleta de informações foi dividida em dois (2) momentos em que, no primeiro usou-se para início de coleta de informações um pré-teste em uma escola técnica pública paulista e posteriormente, foi realizado a coleta de dados no IFSP.

## **Procedimentos de Análise**

A análise dos dados foi realizada a partir do conceito de anarquia organizada proposto por Lima (2011) aqui expresso no modelo díptico de funcionamento da escola como organização no que se refere à organização burocrática da instituição escolar e as possibilidades de acomodações internas quanto ao cumprimento das determinações legais.

## **Campo empírico**

O campo empírico utilizado foi uma instituição de ensino da rede federal do estado de São Paulo que atende o ensino médio, técnico, superior e extensão com aproximadamente mil (1.000) alunos e na qual atuo como professor coordenador de curso há aproximadamente três (3) anos. A instituição está localizada no município de Barretos que possui aproximadamente cerca de cem mil habitantes.

## **Estrutura do trabalho**

No primeiro capítulo apresento uma contextualização histórica e legal do ensino médio no Brasil, no que tange o ensino médio regular, o ensino técnico concomitante e

---

<sup>9</sup> Com autorização da escola (ANEXO 2) e de cada respondente (ANEXO 3).

subsequente, e por último, o ensino médio integrado ao profissional destacando que as alterações em sua denominação e a criação e aperfeiçoamento de uma sustentação legal para o mesmo, tem gradativamente ampliado o acesso com vistas à democratização do ensino médio no Brasil, entretanto ainda apresenta elevados percentuais de reprovação e abandono neste segmento da educação básica, contudo a política do ensino médio integrado à educação profissional tem se mostrado, até o momento, uma estratégia eficiente para a redução destes percentuais.

No segundo capítulo descrevo o cenário da escola investigada, o IFSP Campus Barretos, com seu histórico institucional e características em relação ao ensino técnico integrado ao ensino médio.

No terceiro capítulo apresento as análises do questionário oferecido aos professores e gestores da unidade escolar e algumas inferências; as análises de alguns itens selecionados para explicitar - a partir do cotejamento realizado entre a legislação do ensino médio regular, do ensino técnico e do ensino médio integrado com a análise das respostas do questionário – a incompatibilidade das legislações para o mesmo tema e a posição do gestor da escola frente a estas situações. Por algumas considerações com base no conceito de anarquia organizada de Lima (2011).

## **Capítulo 1 - O ensino médio no Brasil: histórico e sustentação legal.**

Um dos principais entraves da educação atual gira em torno da permanência do aluno no ensino médio. Segundo Jahn (2011), jovens atraídos pelos estímulos e velocidade da sociedade caracterizam a escola como uma instituição estagnada no tempo. Muitas vezes acabam, por diversos motivos, perdendo oportunidades de vivenciar dentro da escola experiências, relações, conhecimentos que só irão adquirir sentido ao longo do tempo em suas vidas.

Para aumentar os índices de conclusão, o Ministério da Educação (MEC) investe no aumento da oferta de educação profissional integrada ao ensino médio. De acordo com Costin (2015) esta modalidade técnica de ensino no Brasil responde por apenas 14% das matrículas, contra 77% da Áustria, 58% da Alemanha, 44% da França, 42% da China e 37% do Chile. Embora tais números sejam expressivos nos países citados, o modelo de educação profissional no Brasil é oferecido de maneira diferente dos demais, portanto, tais números expressam que esta modalidade responde por significativo percentual de matrículas em outros países.

Historicamente, o Brasil já viveu diversas fases e etapas do ensino médio, onde já foi conhecido como ensino para privilegiados, chegando a ser caracterizado como uma obrigação de conclusão pelo aluno, tanto para ingressar no nível superior, como para ingressar no mercado de trabalho.

### **1.1. O ensino médio regular**

Mesmo existente desde o início do século XX, só após a Era Vargas, o ensino médio foi caracterizado como ensino de segundo grau pela Lei 4.024 de 1961 (BRASIL, 1961), também conhecida como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No Art. 33 é caracterizado como “a educação de grau médio, em prosseguimento a ministração na escola primária, destina-se à formação de adolescente”. Já na década de 1990, foi aprovada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), caracterizando o ensino de segundo grau como ensino médio.



A atual LDB (BRASIL, 1996) confere uma nova identidade, determinando que o ensino médio seja parte integrante da educação básica. A atual Constituição Federal (BRASIL, 1988) já prenunciava essa concepção, por meio do inciso II do Art. 208 que “a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio”. Após a Emenda Constitucional nº14/96 (BRASIL, 1996) que modificou a redação para “a progressiva universalização do ensino médio gratuito”. Desta forma, a atual Constituição Federal (BRASIL, 1988) confere a todos brasileiros esse nível de ensino como direito de todo cidadão, porém deixando de ser obrigatório.

O ensino médio, caracterizado como educação básica, no Art.22 da LDB “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

No Art. 35 da LDB (BRASIL, 1996), o ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três (3) anos, terá como finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Também no Art. 36 explicita que o ensino médio é a “etapa final da educação básica” (BRASIL, 1996). Em outras palavras, cabe a esta etapa da educação básica o aprimoramento das competências básicas, situando o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho.

A Lei 9.394 (BRASIL, 1996) muda a identidade do ensino médio após a Lei 5.692 (BRASIL, 1971) cujo segundo grau tinha a função de preparar para o prosseguimento nos estudos e habilitar para o exercício de uma profissão técnica, em outras palavras, uma formação mais ampla.

O Art. 1º § 2º da LDB (BRASIL, 1996) refere-se que o ensino médio “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Desta forma, tem como função desenvolver valores e competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa. Também de dar aprimoramento do educando

como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Ainda no que tange o Art. 1º § 2º da LDB (BRASIL, 1996), o ensino médio continua a preparar e dar orientação básica para a integração do aluno ao mundo do trabalho, garantindo competências para seu aprimoramento profissional, onde o desenvolvimento das competências o aluno deverá continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis complexos de estudos.

Hoje, o ensino médio tem a sua organização curricular como referência mais importante os requerimentos do exame para ingresso à educação superior. Os que chegam ao ensino médio destinam-se, em sua maioria, aos estudos superiores para terminar sua formação pessoal e profissional. (KUENZER, 2000)

O Brasil continua apresentando baixos índices de escolaridade da população, onde 51,6% dos jovens de 15 a 17 anos estão matriculados no ensino médio segundo dados do relatório do MEC – Educação para todos no Brasil – 2000 a 2015. Os demais desta mesma faixa etária ainda estão nos índices de repetência e do atraso escolar do ensino fundamental. No que se refere aos indicadores de matriculados, aprovados, reprovados e que abandonaram a escola, a Tabela 2 apresenta os indicadores do ano de 2014.

**Tabela 2 - Indicadores do ensino médio regular**

<b>Situação</b>	<b>Taxas de rendimento no Ensino Médio</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
<b>Reprovação</b>	1.000.710	12,0%
<b>Abandono</b>	620.194	8,0%
<b>Aprovação</b>	6.573.345	80,0%
<b>Total</b>	8.194.249	100%

**Fonte:** Fundação Lemann e Meritt, 2015.

Mesmo com a oferta do ensino médio após políticas educacionais para ampliação da oferta, os indicadores da modalidade apresentam números de reprovação e abandono considerados altos e preocupantes conforme tabela apresentada acima. Em virtude disso, novas políticas foram criadas e que serão apresentadas ao longo deste trabalho.

## 1.2. O ensino técnico concomitante ao ensino médio

O curso técnico de nível médio concomitante ou subsequente é oferecido a quem já concluiu o ensino fundamental e tenha concluído ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do ensino médio segundo Resolução 94 (MEC, 2015).

O ensino técnico inicia-se no Brasil com o idealizador Antonio Francisco Paula Souza, um dos fundadores da Escola Politécnica. Patrono do maior centro de educação profissional e tecnológica da América Latina, o “Centro Paula Souza”, foi um dos mentores intelectuais e técnicos da educação para o trabalho (BATISTA, 2011).

Mas a partir de 1964, a educação brasileira foi organizada com o objetivo de atender às demandas das transformações na estrutura econômica do país, adequando o sistema educacional às necessidades da expansão capitalista.

A reforma para o ensino médio foi realizada através da Lei 5692 (BRASIL, 1971) que criou o ensino de primeiro e segundo grau, tornando o último a ser obrigatoriamente profissionalizante, o que antes era dividido em sistema propedêutico e profissionalizante, tendo o aluno a optar por qual sistema gostaria de realizar. Em 1972, o Parecer 45 (BRASIL, 1972) recolocou a dualidade da educação geral e da formação profissional no ensino médio.

A história do ensino técnico no Brasil pode ser compreendida a partir do desenvolvimento de forças produtivas e de relações econômicas, por meio das concepções de trabalho e de cultura que os grupos sociais produzem. Isto é observado por meio da atual Constituição Federal (BRASIL, 1988) no Art. 205 que cita que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e “deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Com a atual LDB (BRASIL, 1996) e com o Decreto nº 2.208/97 (BRASIL, 1997) os cursos técnicos profissional de nível médio passam a ser oferecidos concomitante ou sequencialmente. Na concepção do MEC, o ensino médio é a etapa final da educação básica, que passa a ter a característica de terminalidade.

Em 23 de julho de 2004, o governo federal revoga o Decreto 2.208 (BRASIL, 1997) por meio do Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004) e define que a “educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio” e que esta articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o

ensino médio “dar-se-á de forma integrada, concomitante e subsequente ao ensino médio”.

Após o Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004) observa-se, de 2008 a 2013, que um número maior de jovens está optando pela educação profissional antes mesmo da conclusão do ensino médio. A Tabela 3 apresenta estes números.

**Tabela 3 - Matrículas no ensino técnico concomitante/subsequente ao médio**

<b>Ano</b>	<b>Número de matriculados</b>
<b>2008</b>	511.679
<b>2009</b>	527.698
<b>2010</b>	432.268
<b>2011</b>	446.225
<b>2012</b>	538.771
<b>2013</b>	648.633

Fonte: Ministério da Educação. Censo Escolar da Educação Básica 2013

Em 2008, 511.679 alunos faziam ensino técnico concomitante ao ensino médio e, em 2013, esse número foi de 648.366, o que representa um aumento de 26,7%, todavia, destaca-se também que apesar de uma redução do número de matriculados observada em 2010 a partir deste ano o crescimento tem sido intensificado. É possível – porém não é este objetivo desta pesquisa – que tais indicadores estejam relacionados com a Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008) que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

### **1.3. O ensino médio integrado à educação profissional**

Após o Decreto 5.154 (BRASIL, 2004), na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, institui-se a modalidade de ensino médio integrado à educação profissional de nível médio. O ensino integrado é um sistema que possibilita ao jovem ter uma formação integral em um único currículo, que vai além daquilo que é necessário para o mercado de trabalho ou para o seu processo de escolarização e formação

continuada. É, portanto, a possibilidade de o aluno fazer uma escolarização profissional com uma formação mais sólida.

Sob a ótica de inserção dos jovens no mundo do trabalho, dados do relatório do MEC – Educação para todos no Brasil – 2000 a 2015 mostra que antes do Decreto 5.154 (BRASIL, 2004), indicam que a população entre 15 e 24 anos totalizam 34 milhões de pessoas, sendo que, 55% estão fora da escola e 45% estão à margem do mercado de trabalho. Diante deste cenário, a estruturação do ensino médio integrado à educação profissional é vista como prioridade social, tendo como desafio assegurar melhores condições de inserção profissional para jovens egressos do ensino fundamental.

No programa federal de implantação desta modalidade de ensino (BRASIL, 2004), tem-se que sua finalidade e resultado serão:

- integrar-se à gestão da educação nacional, em especial à educação básica, apontando para a integração com o ensino superior;
- contemplar a participação efetiva dos trabalhadores nos espaços decisórios, tendo em vista a construção de uma nova trajetória para a produção e difusão de ciência e tecnologia, de modo a abrir a possibilidade de que a produção do conhecimento possa ser utilizada em favor de interesses mais amplos e do atendimento das demandas materiais que dizem respeito à melhoria das condições de vida da maioria da população e
- redefinição das finalidades e os projetos de educação dos trabalhadores, de modo a contemplar novas prioridades e alternativas que impactem as suas condições de trabalho e existência.

Com a implantação desta modalidade de ensino nas escolas públicas, tanto estaduais como federais, e em escolas privadas, o número de matrículas aumenta-se consideravelmente em cursos integrados. Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica, de 2008 a 2013 houve um aumento de 513 mil matrículas, conforme Tabela 4.

**Tabela 4 - Número de matrículas em cursos técnicos integrados**

<b>Ano</b>	<b>Número de matrículas</b>
<b>2008</b>	927.978
<b>2009</b>	1.036.945
<b>2010</b>	1.140.388
<b>2011</b>	1.250.900
<b>2012</b>	1.362.200
<b>2013</b>	1.441.051

Fonte: Ministério da Educação. Censo Escolar da Educação Básica 2013.

Da mesma forma que o ensino técnico concomitante ou subsequente ao ensino médio, o ensino técnico integrado teve sua ampliação de oferta após o Decreto 5.154 (BRASIL, 2004) que trás de volta a oferta da modalidade de ensino e a Lei 11.892 (BRASIL, 2008) que cria os institutos federais. Assim, a tabela acima identifica o cenário de ampliação de matrículas com a política educacional adotada.

No entanto, essa política requer ser analisada em sua totalidade e com profundidade, buscando elementos que demonstrem a dimensão na prática escolar, com o propósito de contribuir para aprofundar o entendimento sobre as possibilidades trazidas pela contradição entre o ensino médio regular, o ensino técnico concomitante ao ensino médio e o ensino médio integrado.

A considerarmos as informações apresentadas neste capítulo pode-se afirmar que o ensino médio no Brasil, apesar das alterações em sua denominação e da criação e aperfeiçoamento de uma sustentação legal para o mesmo, tem gradativamente ampliado o acesso com vistas à democratização do ensino médio no Brasil, entretanto ainda apresenta elevados percentuais de reprovação e abandono neste segmento da educação básica, contudo a política do ensino médio integrado à educação profissional tem se mostrado, até o momento, como uma estratégia eficiente para a redução destes percentuais.

## **Capítulo 2 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP): história e organização**

Na nova fase do capitalismo e com a economia brasileira internacionalizada, o nível educacional é considerado um item importante para a competitividade entre os países. O novo paradigma produtivo necessita de qualificação profissional dos trabalhadores, em oposição à formação especializada e fragmentada fornecida no padrão Taylorista. Com isto, novas escolas técnicas foram criadas nos últimos anos com base no Decreto 5.154 (BRASIL, 2004), buscando profissionalizar a população para acesso mais rápido ao mercado de trabalho. Uma destas escolas e objeto deste estudo desta pesquisa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) será apresentado neste capítulo.

A Educação Científica e Tecnológica ministrada pelo IFSP é entendida como um conjunto de ações que buscam articular os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos com a ciência, com a técnica, com a cultura e com as atividades produtivas. Esse tipo de formação é imprescindível para o desenvolvimento social da nação, sem perder de vista os interesses das comunidades locais e suas inserções no mundo cada vez mais definido pelos conhecimentos tecnológicos, integrando o saber e o fazer por meio de uma reflexão crítica das atividades da sociedade atual, em que novos valores reestruturam o ser humano.

Assim, a educação oferecida no IFSP não está restrita a uma formação meramente profissional, mas contribui para a iniciação na ciência, nas tecnologias, nas artes e na promoção de instrumentos que levem a uma reflexão sobre o mundo pautada não apenas sob a ótica profissional.

### **2.1. Histórico institucional**

A primeira denominação recebida pelo Instituto foi o de Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo. Criado em 1910, inseriu-se dentro das atividades do governo federal no estabelecimento da oferta do ensino primário, profissional e gratuito. Os primeiros cursos oferecidos foram os de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas.

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937 e o nome da Instituição foi alterado para Liceu Industrial de São Paulo, denominação que perdurou até 1942. Nesse ano, através de um Decreto-Lei, introduziu-se a Lei Orgânica do Ensino Industrial, refletindo a decisão governamental de realizar profundas alterações na organização do ensino técnico.

A partir dessa reforma, o ensino técnico industrial passou a ser organizado como um sistema, passando a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação. Com um Decreto posterior, o de nº 4.127 (BRASIL, 1942), deu-se a criação da Escola Técnica de São Paulo, visando à oferta de cursos técnicos e de cursos pedagógicos.

Esse Decreto (BRASIL, 1942), porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo à construção de novas instalações próprias, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições. Posteriormente, em 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o Curso de Construção de Máquinas e Motores e o de Pontes e Estradas.

Por sua vez, a denominação Escola Técnica Federal surgiu logo no segundo ano do governo militar, em ação do Estado que abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal. Os cursos técnicos de Eletrotécnica, de Eletrônica e Telecomunicações e de Processamento de Dados foram, então, implantados no período de 1965 a 1978, os quais se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

Durante a primeira gestão eleita da instituição, após vinte e três (23) anos de intervenção militar, houve o início da expansão das unidades descentralizadas, sendo as primeiras implantadas nos municípios de Cubatão e Sertãozinho.

Já no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a instituição tornou-se um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), o que possibilitou o oferecimento de cursos de graduação. Assim, no período de 2000 a 2008, na Unidade de São Paulo, foi ofertada a formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, além de Licenciaturas e Engenharias.

O Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP) transformou-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), sendo caracterizado como instituição de educação superior, básica e profissional.



Nesse percurso histórico, percebe-se que o IFSP, nas suas várias caracterizações (Escolas de Artífices, Liceu Industrial, Escola Industrial, Escola Técnica, Escola Técnica Federal e CEFET), assegurou a oferta de trabalhadores qualificados para o mercado, bem como se transformou numa escola integrada no nível técnico, valorizando o ensino superior e, ao mesmo tempo, oferecendo oportunidades para aqueles que não conseguiram acompanhar a escolaridade regular.

Além da oferta de cursos técnicos e superiores, o IFSP – que atualmente conta com trinta e sete (37) campi, um (1) Núcleo Avançado em Assis e vinte e três (23) polos de apoio presencial à Educação a Distância (EAD).

## **2.2. Histórico do Campus**

O Campus Barretos, edificado em atendimento à Chamada Pública do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC) 001/2007 - Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II (MEC, 2007), está localizado no município de Barretos, no extremo norte do estado de São Paulo, com autorização de funcionamento pela portaria ministerial nº 1.170 (MEC, 2010) e início de suas atividades educacionais no 2º semestre de 2010.

O Campus iniciou suas atividades, atendendo a sociedade, com os cursos de Técnico concomitante e subsequente de Agronegócio, Eventos e Manutenção e suporte em informática. Paralelamente também eram desenvolvidas algumas atividades de extensão de acordo com a demanda local.

Hoje são oferecidos no Campus os cursos técnicos integrados ao ensino médio, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), em Agropecuária, em Alimentos e em Informática. Também são oferecidos cursos Técnicos concomitantes/subsequentes em Agronegócio, em Alimentos e em Eventos. E, o ensino superior é atendido pelos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Gestão de Turismo. Ressalta-se também que o Campus desenvolve ações de extensão e pesquisa que suprem a demanda local.

O prédio do Campus é composto por um conjunto edificado de padrão escolar com cinco blocos de edifícios interligados, com área total construída de 5.331,48 m<sup>2</sup> sendo bloco administrativo, bloco de salas de aula, bloco de laboratórios, passarela, anfiteatro e auditório além da área de implantação e portaria, distribuídas em dois

pavimentos. Existe uma área experimental de 500.000 m<sup>2</sup> correspondente à totalidade da área rural do Campus Barretos. Na área experimental estão em construção blocos com salas de aula, alojamentos, laboratórios e estações experimentais que subsidiarão os cursos das áreas de Recursos Naturais e Produção Alimentícia do Campus. As atividades com alunos, neste local, serão iniciadas no ano de 2017.

A economia da Região Administrativa de Barretos está centrada nas culturas de cana-de-açúcar e laranja, na criação de gado de corte e de leite e nas indústrias associadas a estes produtos.

Considerando o exposto, vale ressaltar que em Barretos há forte concentração de abatedouros, frigoríficos e usinas de açúcar e álcool. Além disso, assim como o município de Bebedouro, é importante processador de frutas cítricas. Na agropecuária, predominam a cana-de-açúcar, a laranja – laranja para a indústria e de mesa, a soja, os laticínios e a carne bovina. Além das indústrias da carne e do suco de laranja, a agricultura da região também favoreceu o desenvolvimento da indústria de fertilizantes, a comercialização de produtos agrícolas e a prestação de serviços ligados à citricultura.

Além disso, a cidade sedia a mundialmente famosa Festa do Peão de Boiadeiro, considerada o maior evento de rodeio da América do Sul. A festa atrai anualmente em torno de um milhão de turistas para Barretos.

A presença do IFSP em Barretos permite a ampliação das opções de qualificação profissional e formação técnica e tecnológica para as indústrias e serviços da região.

A cidade de Barretos possui uma população estimada em 112.101 habitantes (IBGE,2010), distribuídos em uma área total de 1.565,540 km<sup>2</sup>.

### **2.2.1. Caracterização do Campus**

O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Barretos apresenta, como mencionado acima, cursos técnicos concomitantes/subsequentes ao ensino médio e cursos técnicos integrados, além de curso superior de licenciatura e cursos tecnológicos.

No ano de 2012, o Campus Barretos realiza parceria com escola estadual de ensino por meio do Decreto 57.121 (SÃO PAULO, 2011), oferecendo os cursos técnicos de informática e agropecuária integrados ao ensino médio. As aulas da parte técnica são de responsabilidade do Campus e as aulas do ensino médio são de

responsabilidade da escola estadual. Em 2013, passa a oferecer também o curso técnico de alimentos integrado ao ensino médio.

Em 2014, com a finalização da parceria realizada pelo Decreto 57.121 (SÃO PAULO, 2011), o IFSP Campus Barretos passa a oferecer os mesmos cursos integrados, porém todos os docentes participantes são contratados pelo IFSP. Até hoje, os cursos integrados são oferecidos desta forma.

Nesta pesquisa, os alunos participantes serão tanto da parceria do Decreto 57.121 (SÃO PAULO, 2011) e dos cursos onde todos os docentes são do IFSP. Já com relação aos docentes, somente os docentes concursados do IFSP serão consultados, visto que atividades como planejamento de aulas, planejamento de cursos, atribuições de aula, reuniões pedagógicas e outras atividades docentes são diferenciadas dos professores da parceria estadual.

Quanto aos gestores envolvidos na pesquisa, o diretor geral do Campus e o Gerente Educacional serão entrevistados. Todos concursados e pertencentes ao quadro de servidores efetivos da instituição, com formações em suas áreas de atuação, possuindo mestrado e/ou doutorado na área.

As inquietações surgidas para esta pesquisa são em função dos indicadores de matrículas, índices de aprovação, reprovação e evasão apresentadas na instituição. Hoje a escola investigada possui um bom índice de alunos matriculados, porém apresenta cenários semelhantes ao cenário nacional mencionados nos capítulos anteriores.

### **Capítulo 3: Coleta, organização e análises das informações**

Neste capítulo apresentam-se os dados coletados na instituição selecionada como campo empírico para subsidiar a discussão do ensino médio integrado e como ela ocorre na prática. Na sequência, visando atingir os objetivos e a hipótese do presente estudo, detalham-se os pontos principais coletados por meio da metodologia que foi aplicada para esta coleta.

Para ampliação do tema proposto e visualização da prática da escola com as modalidades de ensino estudadas, optou-se pelo oferecimento de um questionário (ANEXO 1) em que as questões buscam identificar alguns pontos importantes tanto na visão docente e do gestor da escola.

#### **3.1. Instrumento de coleta**

O questionário oferecido está organizado em doze (12) questões de múltipla escolha, porém com opção de cada entrevistado, caso este considere necessário, justificar a opção de resposta escolhida. Assim objetivou-se uma coleta de dados mais detalhada e que garantisse um resultado afirmativo sobre a proposta que cada questão apresenta.

#### **3.2. Procedimento de coleta**

O questionário (ANEXO 1) oferecido aos professores e gestores tem o objetivo de captar a opinião dos respondentes; é constituído de doze (12) questões sistematizadas como questões de múltipla escolha (fechadas), com a opção para os respondentes realizarem observações e especificações para as suas respostas e ocorreu em dois (2) momentos. No primeiro momento foi realizado um (1) pré-teste com um conjunto de professores e gestores de uma instituição pública estadual tendo como objetivo de verificar se as questões selecionadas tenderiam as expectativas, preparar o pesquisador para eventualidades e aprimorar se necessário, o instrumento de coleta. Num segundo

momento foi realizado na instituição de ensino definida como campo empírico desta pesquisa.

### **3.2.1. O pré-teste**

Segundo Aaker et al (2001) um questionário não garante que seus objetivos de medição sejam alcançados com boa qualidade. Fatores como bom senso e experiência do pesquisador podem evitar erros em questionários como na formulação de questões, abordagem aos sujeitos entrevistados e até o campo empírico da pesquisa. Caso seja necessário, o pesquisador pode corrigir o problema encontrado no pré-teste e fazer um novo questionário.

Com base nas afirmações do autor, esta pesquisa utilizou-se do pré-teste para garantir um bom desempenho na realização de um questionário, tendo o conteúdo, forma e redação apropriada ao entrevistado, evitando grande perda de tempo e credibilidade caso se constate algum problema grave.

O universo de respondentes do pré-teste foi de nove (9) pessoas, sendo sete (7) professores e dois (2) gestores escolares. A oferta do questionário foi individual e na escola, nos mais diversos lugares como sala dos professores, sala de gestores e sala de reuniões, e serão, nesse momento, sistematicamente colocadas em conjunto a fim de que possa dar maior organização e complementaridade à proposta de tal instrumento de coleta. Para tanto, serão apresentados os objetivos de cada questão, a questão em si, o resultado de cada questão e as algumas inferências realizadas a partir das respostas dos colaboradores.

#### **3.2.1.1. O questionário do pré-teste e algumas análises**

Este tópico apresenta a análise do questionário destinado aos docentes e gestores da escola técnica estadual utilizada como campo empírico do pré-teste.

Após a apresentação de cada pergunta questão oferecida aos participantes e o objetivo que cada questão tem neste questionário, será apresentado o resultado das respostas obtidas e efetuado um contraponto entre os aspectos abordados da política de educação profissional e a realidade da escola técnica que oferece o curso integrado.

Inicialmente, a questão um (1) tinha como objetivo de verificar a opinião dos profissionais sobre o modelo de ensino adotado pela escola após a implantação do

ensino médio integrado, verificando se esta modalidade garante realmente maior qualidade se comparado ao ensino regular conforme descrito pelo Decreto 5154/2004 (BRASIL, 2004).

- **Questão 1: O modelo de ensino médio integrado garante aos alunos o acesso a um modelo de educação de maior qualidade se comparado ao modelo de ensino médio oferecido nas escolas públicas paulistas de ensino regular?**

Dos nove (9) respondentes, todos afirmaram que sim, o modelo de ensino médio integrado garante maior qualidade se comparado ao ensino médio regular. Desta forma, podemos inferir que entre os agentes participantes da política do ensino técnico integrado ao ensino médio, docentes e gestores desta escola técnica estadual, ele é bem aceito. Podemos inferir ainda que, de acordo com os objetivos de tais cursos apresentados anteriormente, o ensino médio integrado por abordar a “educação para a vida” e a “educação para o trabalho”, é considerado entre os agentes como a possibilidade de um complemento à formação do aluno e o docente poder trabalhar outros conceitos em sala de aula que talvez em um curso de ensino médio regular, com o currículo que este oferece, o docente não teria a possibilidade para abordar tais conceitos em sala de aula.

A questão dois (2) do questionário fornecido aborda sobre o sucesso do professor nas duas modalidades de ensino, regular e integrado, verificando qual possibilita uma chance do docente obter um bom resultado em ensino e aprendizagem de seus alunos.

- **Questão 2: O modelo de ensino médio integrado garante aos professores atuantes maior possibilidade de sucesso no que se refere ao ensino e aprendizagem de seus alunos se comparado ao modelo de ensino médio oferecido nas escolas públicas paulistas de ensino regular?**

Dos nove (9) respondentes, sete (7) afirmaram que sim, e apenas dois (2) não. Pode-se afirmar que, pelo fato do ensino médio integrado possibilitar maior relação entre disciplinas teóricas e práticas, acredita-se que as aulas tem um efeito positivo sobre o aluno, em que por possuir um currículo diferente do ensino regular, o aluno consegue identificar um mesmo conceito em mais de uma disciplina, em outros termos, promove a interdisciplinaridade.

Já na questão três (3) o objetivo era de verificar a questão do relacionamento entre docentes e seus gestores na modalidade de ensino médio integrado.

- **Questão 3: O modelo de ensino médio integrado possibilita uma aproximação maior entre a equipe gestora da escola e seus professores se comparado ao modelo de ensino médio oferecido nas escolas públicas paulistas de ensino regular?**

Todos os nove (9) afirmaram que sim, pois devido ao objetivo do curso, a necessidade de troca de informações entre os profissionais torna-se essencial para o bom resultado do curso e, conseqüentemente, da escola. Por ser algo novo para muitos, a troca de informações acaba sendo constante no dia a dia escolar.

A questão quatro (4) busca identificar se houve algum item que afetou o andamento dos trabalhos na escola quando a implantação da modalidade de ensino foi iniciada.

- **Questão 4: A implantação do ensino médio integrado afetou de alguma maneira (positiva ou negativamente) o desenvolvimento dos trabalhos (pedagógicos, administrativos ou ambos) na sua escola?**

Dos nove (9) respondentes apenas três (3) afirmaram que sim. Na implantação de um curso integrado, a rotina da escola é diferenciada, onde professor e aluno ficam mais tempo nela e seus gestores necessitam organizar este espaço a eles. Na escola deste pré-teste, não houve nenhuma alteração física no prédio, mas os trabalhos pedagógicos enfrentados pelos gestores e alguns docentes tiveram alterações para atender ao currículo do curso técnico integrado ao ensino médio. Para os demais respondentes, no caso seis (6) que afirmaram não, podemos inferir que talvez não houve a necessidade de modificar a sua aula que já era ofertada do mesmo modo no curso regular e não adequaram ao novo currículo proposto.

A questão cinco (5) tinha como objetivo captar se houve algo que prejudicou o trabalho da escola para o sucesso de implantação e manutenção do curso integrado.

- **Questão 5: Existem complicadores para o sucesso do modelo de ensino médio integrado em sua escola?**

Todos os nove (9) respondentes afirmaram que não houve complicadores, o que confirma que a escola teve que se adaptar ao Decreto 5.154 (BRASIL, 2004) sem obter

algo para interferir negativamente neste processo. Porém, por ser algo recente na escola pesquisada neste pré-teste, ainda não tem resultado suficiente para visualizar se a modalidade é um sucesso ou um fracasso.

A questão seis (6) identifica se para a implantação do ensino médio integrado na referida escola, houve algum facilitador para o sucesso da modalidade de ensino.

- **Questão 6: Existem facilitadores para o sucesso do modelo de ensino médio integrado em sua escola?**

Todos os nove (9) respondentes afirmaram que não houve facilitadores para o sucesso da modalidade de ensino na escola. Assim podemos inferir que a escola na implantação do integrado, buscou formas de adaptação para promover o ensino.

Posteriormente, a questão sete (7) identificava a informação de como o integrado é discutido no ambiente escolar.

- **Questão 7: Informações referentes ao modelo de ensino médio integrado são discutidos, em sua escola, em quais momentos?**

- ( ) Não são discutidos
- ( ) Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo
- ( ) Reuniões de Planejamento e Replanejamento
- ( ) Visitas do Supervisor de Ensino
- ( ) Informalmente na Sala dos Professores
- ( ) Outro (s)

Todos os nove (9) respondentes afirmaram que as discussões são realizadas na sala dos professores de maneira informal (corredores, dia a dia na sala dos professores, etc) e formal nas reuniões de planejamento e replanejamento. Segue desta forma, um alerta, pois como um currículo integrado, com tantos objetivos que obtém, pode estar presente em uma escola sendo discutida de maneira informal e com reuniões realizadas semestralmente? Há a necessidade de um trabalho de reuniões pedagógicas bimestrais ao menos para fim de maior e melhor discussão do andamento e resultado dos trabalhos.

Com a questão oito (8), buscava-se a informação se o momento para discussão do tema ensino médio integrado é suficiente ou seria necessário ampliar os momentos de discussão dentro da escola.



- **Questão 8: Esses momentos são suficientes para a discussão desse tema ou seriam necessários mais momentos específicos?**

Todos os nove (9) respondentes assinalaram que necessitam de um espaço maior para tal discussão. Acredita-se que a escola, por meio de seus gestores poderiam ampliar tais momentos com reuniões, oficinas, atividades pedagógicas para discutirem ideias e experiências dos docentes em sala de aula.

A questão nove (9) tratava o conhecimento dos docentes e gestores sobre as legislações do curso integrado e se traziam conflitos entre as modalidades de ensino.

- **Questão 9: Você identifica conflitos nas legislações que amparam o ensino médio integrado e o ensino médio regular?**

Na questão todos os nove (9) respondentes afirmaram que não são identificados conflitos nas legislações de ambas as modalidades de ensino. Portanto a questão não traz toda a realidade vivenciada pela escola, visto que os profissionais não conhecem a legislação das modalidades de ensino em que atuam e, portanto não conseguem opinar se há conflitos ou não.

A questão dez (10) tinha como objetivo de verificar se o corpo docente e gestores estão favoráveis à discussão do tema do ensino médio integrado e se tal discussão pode afetar de maneira positiva o desenvolvimento de atividades dentro da escola.

- **Questão 10: Para você a discussão do tema ensino médio integrado é relevante para o bom desenvolvimento dos trabalhos na escola?**

Todos os nove (9) respondentes afirmaram que é relevante discutir o ensino médio integrado para o bom desenvolvimento dos trabalhos na escola. Por meio deste resultado, basta os gestores proporem em momentos de formação continuada, oficinas e atividades que se discutam o tema para melhor compreensão dos docentes envolvidos.

Na questão onze (11), foi questionado o conhecimento que o profissional tem sobre as legislações que regem tais cursos, integrado e regular.

- **Questão 11: Você tem dúvidas sobre a legislação que ampara o ensino médio?**

Dos nove (9) respondentes dois (2) afirmaram ter tal conhecimento sobre a legislação no qual os entrevistados que assinalaram ter domínio das legislações que regem os cursos são os gestores, que buscam regulamentar as regulações vindas de seus superiores sobre as modalidades de ensino. Já os demais, no caso sete (7) respondentes afirmaram não ter opinião à respeito, pois como não possuem o conhecimento das legislações, não conseguem identificar conflitos entre elas conforme perguntado na questão nove (9).

A questão doze (12) busca as expectativas que os profissionais tem relação a modalidade integrada nos próximos anos, visto que a escola ainda está se adaptando a esta oferta de curso.

- **Questão 12: Suas expectativas, para os próximos 5 anos, em relação aos desdobramentos do ensino médio integrado como política que contribui para uma educação pública de qualidade são:**

**Positivas ( )                      Negativas ( )                      Não tenho opinião à respeito ( )**

Todos os nove (9) respondentes afirmaram que suas expectativas para os próximos cinco (5) anos são positivas. Assim conclui-se que o corpo docente e a gestão escolar estão empenhados em desenvolver um bom trabalho no curso integrado, porém não demonstraram por qual caminho irão seguir para atingir tal objetivo.

O pré-teste fornecido foi importante nesta pesquisa para verificar qual o cenário atual de uma escola técnica estadual, frente a sua realidade de ensino médio integrado e serviu também como uma base para aprimorar, posteriormente, o questionário definitivo. Não foi possível coletar informações detalhadas dos respondentes neste pré-teste, pois foi oferecido em diversos horários, principalmente em momentos de janela de aulas e no horário de entrada ou saída de alunos, o que dificultou para que tivessem tempo suficiente para utilizar o item justificativa que cada questão possuía. Assim este pré-teste contribui para dois (2) itens importantes: o primeiro demonstra que a escola não possui muitos horários para discussão entre os docentes da proposta do curso, pois suas reuniões pedagógicas acontecem somente uma vez a cada semestre; e o segundo item mostra que o questionário definitivo deverá ser fornecido em um horário de reunião pedagógica do IFSP para tentar cortejar mais detalhes nas respostas dos entrevistados.

O questionário definitivo não sofreu nenhuma modificação na sua estrutura inicial, assim pode-se verificar se as condições oferecidas pelo IFSP aos docentes, como por exemplo, a dedicação exclusiva, interferirá no resultado das questões, além do fato que o conjunto de posicionamento dos respondentes evidencia o modelo díptico de organização da escola proposto por Lima (2011), isto é, a regulamentação externa – da qual a maioria afirma não ter conhecimento suficiente para qualquer afirmação – é regulada internamente pelos docentes e gestores da escola de modo que, mesmo frente à integração de duas políticas educacionais distintas, o cotidiano da escola mantenha-se inalterado.

### **3.2.2. O questionário definitivo e algumas considerações**

Como no pré-teste, este item consta a apresentação e a análise das respostas do questionário oferecido aos docentes e gestores, porém agora do IFSP, campo empírico desta pesquisa, e tendo-se por base as referências utilizadas pelo trabalho, buscar-se-á estabelecer uma relação entre o estabelecido legalmente com o exposto pelos respondentes.

O questionário foi oferecido aos respondentes no horário de reunião de área, em que outras instituições de ensino denominam como reunião de preparo de materiais ou pedagógica. Participaram e responderam o questionário onze (11) servidores, dos quais dez (10) docentes e um gestor escolar. A organização deste subitem é a seguinte: informo o objetivo da questão; apresento a questão; um gráfico<sup>10</sup> seguido de informações estatísticas e uma inferência do pesquisador. Após a realização deste procedimento para as doze (12) questões cotejo o conjunto das informações com Lima (2011).

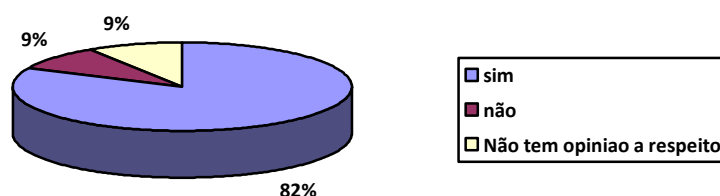
Como ocorrido no pré-teste, a questão de número (1) tinha como objetivo de verificar a opinião dos respondentes sobre o modelo de ensino médio integrado realmente garante uma forma de maior qualidade como descrito no Decreto 5154/2004 (BRASIL, 2004).

---

<sup>10</sup> A utilização de gráficos é justificada pela finalidade de oferecer ao leitor outra possibilidade de mensurar as informações.

- **Questão 1: O modelo de ensino médio integrado garante aos alunos o acesso a um modelo de educação de maior qualidade se comparado ao modelo de ensino médio oferecido nas escolas públicas paulistas de ensino regular?**

Gráfico 1 - Ensino integrado garante maior qualidade?



Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 1 apresenta que, dos onze (11) participantes, um (1) respondente afirmou que não visualiza maior qualidade no ensino médio integrado e outro afirma não ter opinião a respeito ao qual justificou não ter conhecimento por só ter trabalhado no ensino médio integrado. Os outros nove (9) afirmam que o ensino médio integrado garante sim uma educação de maior qualidade pela questão de focar conteúdos das aulas no mercado de trabalho, atraindo atenção dos jovens e assim tendo a oportunidade de ter contato com outros conteúdos além daqueles que já estão acostumados como o ensino médio regular oferece.

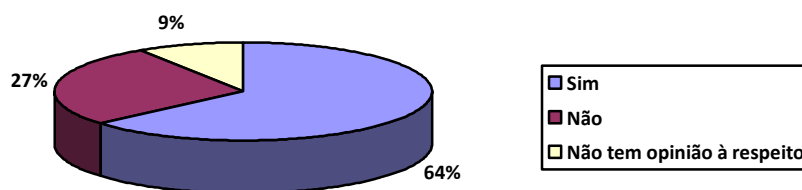
Relacionar a oferta de uma maior qualidade educacional à simples conformidade do conteúdo escolar às necessidades do mercado de trabalho sugere, no mínimo, desconhecimento da proposta do ensino médio integrado e desconhecimento das finalidades da proposta do plano de curso.

A questão dois (2) teve o objetivo de captar a opinião do docente ou gestor sobre qual modalidade de ensino ele acredita garantir sucesso ao docente em obter um bom resultado em ensino e aprendizagem de seus alunos.

- **Questão 2: O modelo de ensino médio integrado garante aos professores atuantes maior possibilidade de sucesso no que se refere ao ensino e**

**aprendizagem de seus alunos se comparado ao modelo de ensino médio oferecido nas escolas públicas paulistas de ensino regular?**

**Gráfico 2 - O ensino integrado oferece a possibilidade de sucesso?**



Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo as informações do Gráfico 2, dos onze (11) entrevistados, sete (7) responderam que sim, três (3) acreditam que não e um (1) não tem opinião à respeito.

O grupo que respondeu que visualizam sucesso em atividades de ensino-aprendizagem atribui esta possibilidade ao fato de que as escolas técnicas federais, no caso o IFSP, não trabalham com a progressão continuada como nas escolas técnicas paulistas, o que favorece ao sucesso nas atividades, independente do modelo de ensino. Tal fato é preocupante, pois a legislação do ensino médio integrado não faz menção à aplicação, ou não, da Progressão Continuada para seus alunos.

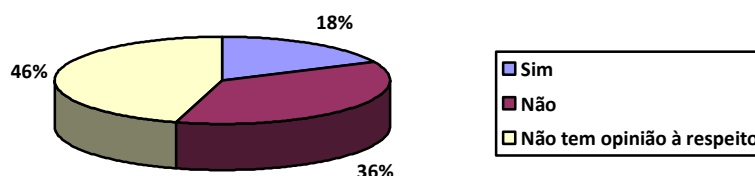
Os demais respondentes – que se declararam contrários ao projeto - destacam que pelo fato de ser um decreto federal, retornar o ensino médio integrado às escolas técnicas e ter sua origem em esferas administrativas superiores, não adiantará a discussão mesmo que em sua opinião este modelo não ofereça sucesso no processo ensino aprendizagem. Tais informações sugerem desconhecimento da legislação.

Com a questão três (3) o objetivo era de verificar a questão do relacionamento entre docentes e seus gestores na modalidade de ensino técnico integrado.

- **Questão 3: O modelo de ensino médio integrado possibilita uma aproximação maior entre a equipe gestora da escola e seus professores se**

**comparado ao modelo de ensino médio oferecido nas escolas públicas paulistas de ensino regular?**

**Gráfico 3 - O ensino integrado oferece maior aproximação entre os envolvidos?**



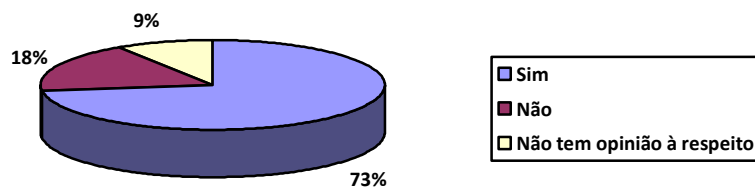
Fonte: Elaborado pelo autor

Com base no Gráfico 3, constata-se que dos onze (11) respondentes cinco (5) não tem opinião à respeito, quatro (4) acham que não possibilita integração e duas (2) acham que sim. O conjunto de respostas sugere uma despreocupação dos respondentes com este tema, visto que, ao menos em tese, a introdução de uma nova política educacional implique na busca por informações sobre a mesma e na discussão com seus pares, ou seja, é esperada uma maior aproximação entre a equipe gestora e seus professores. Esta busca, também em tese, seria o desdobramento lógico de um profissional responsável.

A questão quatro (4) identifica se os trabalhos da escola foram afetados por meio da implantação do curso integrado para atender ao Decreto 5154/2004 (BRASIL, 2004).

- **Questão 4: A implantação do ensino médio integrado afetou de alguma maneira o desenvolvimento dos trabalhos na sua escola?**

**Gráfico 4 - A implantação do curso integrado afetou os trabalhos da escola?**



Fonte: Elaborado pelo autor

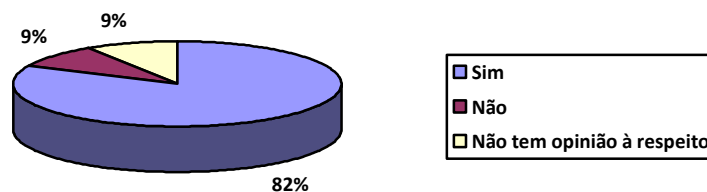
A partir das informações expostas no Gráfico 4, dos onze (11) respondentes, oito (8) afirmam que a implantação afetou sim o desenvolvimento dos trabalhos, dois (2) não tem opinião e uma (1) acredita que não afetou. Os participantes que são gestores dentro da instituição justificaram que a implantação afetou sim com o aumento da quantidade de trabalho, como foi diagnosticado no pré-teste em outra escola, pelo fato de ter alunos dentro da instituição durante o dia todo e o aumento da quantidade de docentes dentro da instituição foi necessário um planejamento da rotina da escola. Afirmam ainda que tal aumento de trabalho não é considerado algo ruim, pois é uma missão da escola oferecer educação com qualidade, independente do curso a ser ofertado.

Merece atenção o fato de que as alterações apresentadas pertencerem ao campo administrativo e poderem ser consideradas como previstas e que nenhuma alteração organizacional ou pedagógica terem sido mencionadas. Causa estranheza o fato de dois (2) respondentes não terem opinião e um (1) respondente entender que não alterou o cotidiano da escola haja vista os muitos aspectos em que o ensino médio integrado difere dos demais.

A questão cinco (5) tinha como objetivo captar se houve algo que prejudicou o trabalho da escola para o sucesso de implantação do curso integrado.

- **Questão 5: Existem complicadores para o sucesso do modelo de ensino médio integrado em sua escola?**

Gráfico 5 - Existem complicadores para o ensino integrado?



Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 5 apresenta, que dos onze (11) respondentes, nove (9) afirmam que sim, existem complicadores, um (1) acredita que não existe complicadores e um (1) não possui opinião à respeito. Dos entrevistados que responderam que sim, praticamente todos responderam que o baixo aproveitamento do aluno possibilita o fracasso escolar, ainda mais pela elevada quantidade de conteúdos que este tem durante os três (3) anos de curso.

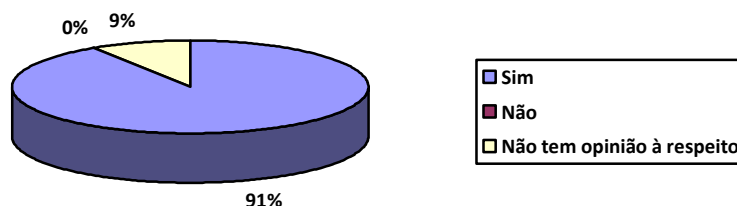
Assim como na questão anterior, causa estranheza o fato de um (1) respondente não ter opinião e um (1) respondente entender que não existem complicadores, todavia, ao eleger o baixo aproveitamento do aluno há que se investigar qual - ou quais - dos inúmeros fatores relacionados à aprendizagem, de fato, pode ser considerado complicador.

A questão seis (6) identificava se para a implantação do ensino médio integrado na referida escola, houve algum facilitador para o sucesso da modalidade de ensino.

- **Questão 6: Existem facilitadores para o sucesso do modelo de ensino médio integrado em sua escola?**



Gráfico 6 - Existem facilitadores para o ensino integrado?



Fonte: Elaborado pelo autor

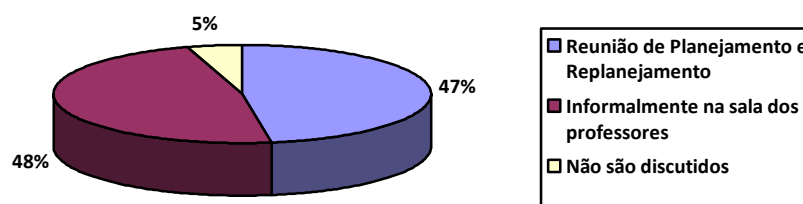
Segundo o Gráfico 6 dos onze (11) respondentes dez (10) afirmam que sim e um (1) não tem opinião à respeito. Todos que responderam sim afirmaram que a instituição de ensino oferece condições e meios para obter sucesso no modelo integrado, como corpo docente capacitado, em que grande parte são mestres e doutores, onde o aluno pode buscar conhecimento mais aprofundado no tema de interesse por meio de pesquisas científicas.

O estabelecimento de uma relação direta entre corpo docente - qualificado por meio de títulos de Mestre ou de Doutor – com sucesso na aprendizagem dos alunos pode ser considerada neste caso, no mínimo, improcedente uma vez que na questão anterior o maior complicador citado foi o baixo aproveitamento do aluno. Quais seriam os outros meios para obter sucesso que a Instituição dispõe? Teriam os respondentes conhecimento da disponibilidade destes outros meios?

Com a questão sete (7) buscou-se identificar informações de como o integrado é discutido no ambiente escolar.

- **Questão 7: Informações referentes ao modelo de ensino médio integrado são discutidos, em sua escola, em quais momentos?**
  - ( ) Não são discutidos
  - ( ) Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo
  - ( ) Reuniões de Planejamento e Replanejamento
  - ( ) Visitas do Supervisor de Ensino
  - ( ) Informalmente na Sala dos Professores
  - ( ) Outro (s)

Gráfico 7 - Como é discutido o ensino integrado na sua escola?



Fonte: Elaborado pelo autor

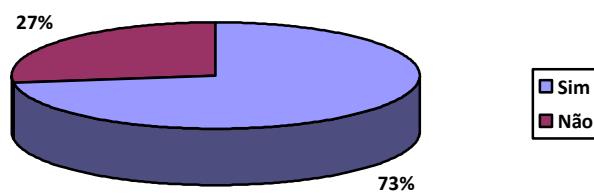
Com base no Gráfico 7 dos onze (11) entrevistados dez (10) afirmam que são discutidos nas reuniões de planejamento e replanejamento além da discussão ocorrer informalmente na sala dos professores. Um (1) entrevistado disse que não são discutidos.

Aqui temos um cenário distinto também da escola onde foi realizado o pré-teste, pois o IFSP possui em sua carga horária semanal dos docentes, cerca de duas (2) horas para reuniões pedagógicas, no caso chamado de reunião de área, ou seja, o IFSP garante aos docentes uma possibilidade maior de discussão do ensino técnico integrado. Nesse sentido, quais as justificativas utilizadas – principalmente por gestores e docentes - para que um tema que impacta decisivamente na organização de toda a instituição seja relegado a discussões semestrais? Se o tema não é discutido suficientemente como os envolvidos se portam no cotidiano da instituição?

Com questão oito (8), buscava-se a informação se o momento para discussão do tema ensino médio integrado é suficiente ou seria necessário ampliar os momentos de discussão dentro da escola.

- **Questão 8: Esses momentos são suficientes para a discussão desse tema ou seriam necessários mais momentos específicos?**

**Gráfico 8 - Os momentos são suficientes para a discussão do integrado?**



Fonte: Elaborado pelo autor

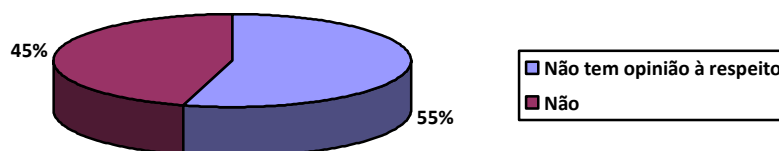
A partir das informações exposta no Gráfico 8, dos onze (11) respondentes, oito (8) responderam que são suficientes e três (3) acreditam que não.

A considerarmos que a maioria encontra-se satisfeita com tal situação e que os respondentes não optaram por justificar suas escolhas é possível elaborar a hipótese de que se encontram indiferentes frente a esta realidade ou a hipótese de que tudo está funcionando à contento.

A questão nove (9) tratava a questão de conhecimento dos docentes e gestores sobre as legislações do curso integrado e se traziam conflitos para as modalidades de ensino.

- **Questão 9: Você identifica conflitos nas legislações que amparam o ensino médio integrado e o ensino médio regular?**

**Gráfico 9 - Conflitos nas legislações do ensino médio regular e do ensino integrado?**



Fonte: Elaborado pelo autor

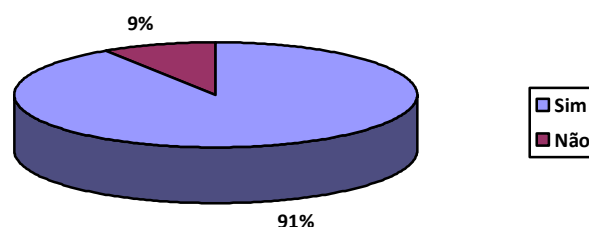
O Gráfico 9 apresenta que, dos onze (11) respondentes, seis (6) não tem opinião à respeito e cinco (5) não identificam conflitos.

Muitos dos que responderam que não tem opinião informaram no campo de justificativa que não possuem interesse em tal tema, o que coloca para os gestores uma situação difícil, qual seja; como motivar o grupo no que tange ao conhecimento adequado das leis e regras que orientam o ensino médio durante o dia a dia escolar, principalmente em momentos de decisão sobre o prosseguimento do aluno no curso como nos conselhos finais.

A questão dez (10) tinha como objetivo de verificar se o corpo docente e gestores estão favoráveis à discussão do tema do ensino médio integrado e se tal discussão pode afetar de maneira positiva o desenvolvimento de atividades dentro da escola.

- **Questão 10: Para você a discussão do tema ensino médio integrado é relevante para o bom desenvolvimento dos trabalhos na escola?**

**Gráfico 10 - A discussão do ensino integrado é relevante para o desenvolvimento?**



Fonte: Elaborado pelo autor

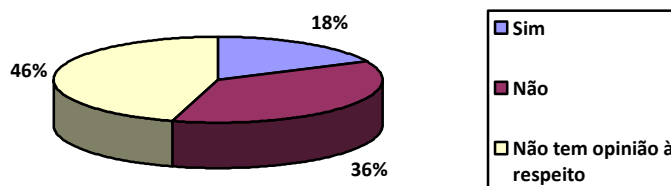
Segundo o Gráfico 10 dos onze (11) respondentes dez (10) afirmam que sim, é relevante a discussão e uma (1) acredita que não.

A considerarmos as respostas podemos inferir que quanto mais o tema é discutido, mais possibilidades de aperfeiçoamento surgem, além do que o conhecimento se torna em relação ao tema se torna mais adensado, todavia, a consideramos o desinteresse do grupo pelo tema expresso nas respostas da questão anterior suas respostas são contraditórias.

Na questão onze (11), foi questionado o conhecimento que o profissional tem sobre as legislações que regem tais cursos, integrado e regular.

- **Questão 11: Você tem dúvidas sobre a legislação que ampara o ensino médio?**

**Gráfico 11 - Dúvidas na legislação das modalidades dos cursos**



Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nas informações expostas no Gráfico 11, dos onze (11) respondentes, cinco (5) entrevistados não tem opinião a respeito, quatro (4) disseram que possuem dúvidas da legislação e dois (2) dizem não possuir dúvidas.

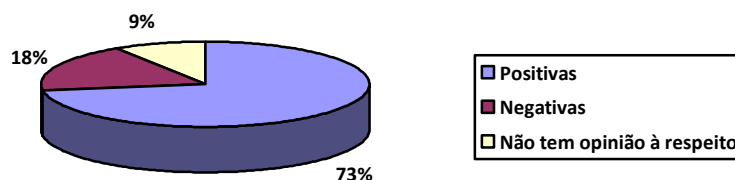
Dos que responderam que não tem opinião a respeito ou não possuem dúvidas registraram no campo justificativa que não tem um conhecimento aprofundado ou que não podem dizer que sabem tudo a respeito das legislações de tais modelos ou, em outras palavras possuem um conhecimento limitado do tema, o que é preocupante se considerarmos que tais informações regem sua atuação cotidiana.

A questão doze (12) buscou captar as expectativas que os profissionais tem em relação a modalidade integrada nos próximos anos, visto que a escola ainda está se adaptando a esta oferta de curso.

- **Questão 12: Suas expectativas, para os próximos 5 anos, em relação aos desdobramentos do ensino médio integrado como política que contribui para uma educação pública de qualidade são:**

Positivas ( )                      Negativas ( )                      Não tenho opinião à respeito ( )

**Gráfico 12 - Quais expectativas em relação ao ensino médio integrado**



Fonte: Elaborado pelo autor

A partir das informações do Gráfico 12, dos onze (11) respondentes, oito (8) afirmam que as expectativas são positivas, dois (2) disseram ter expectativas negativas e um (1) não tem opinião à respeito.

No campo justificativa, alguns que responderam que suas expectativas são positivas, praticamente colocaram que graças ao currículo diferenciado, conseguem enxergar que nos próximos anos conseguiram obter maiores sucessos em suas atividades no ensino médio integrado ao curso técnico. Interessante a justificativa apresentada, uma vez que nas onze (11) questões anteriores em momento algum os respondentes mencionaram o currículo escolar, quanto mais um diferenciado, segundo eles.

O conjunto de respostas obtidas possibilitou a elaboração de muitos questionamentos, haja vista que, em alguns momentos, ao cotejar duas questões observei contradição como no caso em que afirmam que não conhecem a legislação, não tem interesse em conhecer, porém são favoráveis à discussão do tema ou em outro momento em que afirma que não há integração entre as partes envolvidas e que o corpo docente é muito qualificado e qualquer profissional bem qualificado sabe da importância de se trabalhar em equipe.

Em outro momento foi citado que um fator complicador é o baixo aproveitamento do aluno, porém ao cotejar com as respostas que afirmam que o ensino médio integrado é discutido geralmente nas reuniões de planejamento ou de replanejamento torna possível questionar se realmente é discutido nestas reuniões.

Mais do que citar pontualidades torna-se importante cotejar este conjunto de respostas ao proposto por Lima (2011) ao afirmar que a anarquia organizada não

corresponde à bagunça ou desordem e sim à um conjunto de práticas possíveis em função do desconhecimento do aspecto legal das políticas, do desconhecimento da organização da escola ou da falta de orientação para minimizar estes desconhecimentos, entre outros. Neste sentido, as situações em que foram captados o desinteresse ou desconhecimento do professor em relação ao tema proposto ou contradições entre suas respostas observa-se identificação da anarquia organizada anunciada por Lima (2011) e um dos aspectos positivos desta identificação é o de permitir o adensamento na investigação destas situações.

Com base no exposto aliado à atuação e experiência profissional deste pesquisador foram selecionados quatro (4) itens para adensar a análise destas situações.

### **3.3. Os itens selecionados**

A escola investigada oferece a modalidade de ensino técnico integrado com o ensino médio e se organiza com base em regulamentações externas e regulações internas. Dentre vários itens, alguns foram selecionados para diagnosticar a partir do cenário exposto e as legislações que os sustentam como interpretar cientificamente o dia a dia da escola.

O objetivo de cotejar a legislação específica dos itens selecionados com o posicionamento da equipe gestora da escola investigada quando da ocorrência destes, nesta unidade, é justificada pelo fato de identificar como a escola se organiza em relação aos desafios que as políticas públicas são criadas e organizadas. A escola com o ensino médio integrado tem sua organização didática para se orientar no dia a dia. Dessa forma os itens selecionados estão organizados em quadros seguidos de algumas inferências.

#### **3.3.1. Quanto ao ingresso**

O ensino médio no Brasil é a etapa final da educação básica e integraliza a formação que todo brasileiro deve ter para enfrentar com melhores condições a vida adulta. De acordo com a LDB (BRASIL, 1996), isto corresponde a assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental.

No que se refere às formas de ingresso a LDB (BRASIL, 1996) estabelece que não há idade mínima para o acesso ao ensino médio regular, no entanto, devido à oferta obrigatória do ensino fundamental dos seis (6) aos quatorze (14) anos, este acesso pode ocorrer a partir dos quinze (15) anos de idade. Já para o ensino médio integrado além do ingresso conforme está para o ensino regular, o Decreto 5.154 (BRASIL, 2004) no seu Art. 4º define que a escola irá adotar uma organização didática ao qual o ingresso se dará por meio de processo seletivo. O Quadro 1 ilustra este cenário.

**Quadro 1 - Formas de ingresso no ensino médio**

<b>O que estabelece a legislação quanto ao ingresso</b>	
<b>Ensino médio regular</b>	Oferecido somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental
<b>Ensino médio integrado</b>	Oferecido somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental e aprovação por meio de processo seletivo
<b>Ensino técnico concomitante ao ensino médio</b>	Oferecido somente a quem está matriculado, pelo menos, no segundo ano do ensino médio e aprovação por meio de processo seletivo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na escola deste estudo, a organização didática tratava que para matrículas no ensino médio integrado era dado por meio de sorteio, visto que possibilitava maior acesso ao curso. Após a disponibilização da nova organização didática, o acesso ao curso integrado é dado em aprovação por meio de processo seletivo.

Além disso, de acordo com a Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012), são reservadas, no mínimo, 50% das vagas aos candidatos que cursaram integralmente o ensino fundamental em escola pública, dentre estas, 50% serão reservadas para candidatos que tenham renda per capita bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio). Das vagas para estudantes egressos do ensino público, os autodeclarados pretos, pardos ou indígenas preencherão, por curso e turno, no mínimo, percentual igual ao dessa população, conforme último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Estado de São Paulo, de acordo com a Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012).



Com relação ao ingresso dentro da escola investigada, a forma de ingresso por meio de processo seletivo é utilizada de forma como prevê a organização didática. Mesmo se algum curso não consegue fechar turma, é realizado outro processo seletivo simplificado, com aplicação de outra prova ou até mesmo é feita uma chamada pública para alguns cursos técnicos concomitantes/subsequentes. Com as duas últimas formas de ingresso, os cursos que utilizaram de tal modo de ingresso apresentam problemas de evasão e a constante preocupação em nivelamento dos níveis de aprendizado de alunos.

Lima (2011) discute como as decisões e práticas locais nem sempre são articuladas e dependentes do centro, desde que possam atender interesses chegando a redefinir ou dotar de caminhos mais eficazes de concretização de algo. No item ingresso aos cursos integrados, como o autor mostra, a escola é marcada por heterogêneos e diversificados interesses, valores e projetos que afetam a sua gestão. Pelo questionário fornecido aos docentes e gestores, acreditam que a forma de ingresso ao curso integrado está correta, por processo seletivo com testes de múltiplas questões, mas pela visão dos pedagogos e assistentes sociais, tal meio de ingresso não é adequada, pois não garante o mesmo direito de entrada em um curso integrado. Sendo assim, diversos interesses e opiniões para um único objetivo, aluno em sala de aula.

A escola recebe os alunos a partir de diferentes mecanismos de entrada, contudo, na prática caberá ao gestor da unidade escolar decidir como organizar esta realidade frente a legislações diferentes e, como identificou o questionário, um conjunto de profissionais com conhecimento limitado frente a estas questões. Dito de outro modo, terreno fértil para a anarquia organizada.

### **3.3.2. Quanto às finalidades**

De acordo com o art. 35 da LDB (BRASIL, 1996), o ensino médio tem como finalidade:

- I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Com relação ao ensino médio integrado e concomitante, as leis são as mesmas. O Art. 6º do Parecer CNE/CEB nº11/2012 (BRASIL, 2012) que cita a finalidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

- I- relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;
- II- respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
- III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
- IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;
- V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;
- VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
- VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;
- VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;
- IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;
- X - reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade,
- XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;
- XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;
- XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;

XIV - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;

XV - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;

XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Nota-se que realmente, as finalidades dos cursos que possuem o ensino profissionalizante, requerem mais atitudes dos alunos durante a realização do curso, pois buscam profissionalizar o aluno por meio de competências e habilidades que necessitará no mercado de trabalho. Hoje, não só voltada na questão do ofício do curso em que o aluno está matriculado, mas também nos cursos técnicos fala-se muito da interdisciplinaridade, de trabalhar com o aluno disciplinas transversais e principalmente, a formação deste indivíduo para a vida, além do trabalho. O Quadro 2 ilustra este cenário.

**Quadro 2 - Finalidade dos cursos**

<b>O que estabelece a legislação quanto à finalidade</b>	
<b>Ensino médio regular</b>	Formação geral do educando para a vida.
<b>Ensino médio integrado</b>	Preparação para o exercício de profissões técnicas, sendo intercomplementares e de forma integrada, relacionando teoria e prática no ensino de cada disciplina.
<b>Ensino técnico concomitante ao ensino médio</b>	Formação geral do educando para o trabalho.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de LDB (BRASIL, 1996).

Com uma instituição de ensino que oferece o ensino técnico concomitante e o ensino técnico integrado há impasses com relação ao perfil do egresso do curso. Como citado no Quadro 2, o ensino técnico tem a missão de formar o cidadão para a vida e para o trabalho, focando-se principalmente no segundo para assegurar que este profissional está apto ao mercado de trabalho conforme sua formação. Já o ensino técnico integrado tem a missão parecida com o técnico subsequente/concomitante, porém é considerado como um item obrigatório para o prosseguimento do aluno para o nível superior.

As atividades trabalhadas com tais alunos devem ser focadas conforme a finalidade de seu curso. Em alguns momentos, a instituição de ensino desta pesquisa realizava atividades de mesmo gênero para ambos os cursos, até perceber que o descontentamento dos alunos era grande de ambos os lados. A partir do momento que o corpo docente e a gestão identificaram que havia a necessidade de realizar tarefas distintas como eventos, atividades pedagógicas e até a forma de tratamento com os alunos.

Segundo Lima (2011), a escola considerada como uma organização complexa, heterogênea, marcada pela diversidade de interesses com adaptação à sua realidade, por meio da organização informal. Assim, com base no resultado do questionário e das afirmações de Lima (2011), a escola se organizou de acordo com as legislações vigentes, mas teve que se adequar a sua realidade de maneira informal devido às diversidades que os cursos e envolvidos apresentam, porém é necessário trazer a informalidade para o formal.

### **3.3.3. Quanto às avaliações e conselhos finais**

O sistema educacional brasileiro, criado ao longo dos anos, e em muitas vezes copiado de outros sistemas internacionais, é alvo de diversas reformas educacionais. Atualmente utiliza sistemas de verificação do nível de aprendizagem dos alunos e conforme o § 1º da LDB (BRASIL, 1996), os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação são organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

## II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem.

Os cursos integrados buscam atender o Art. 6º do Parecer CNE/CEB nº11/2012 (BRASIL, 2012) que cita os princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, contudo, de acordo com a organização didática dos cursos ofertados pelo IFSP, a avaliação é norteada pela concepção formativa, processual e contínua, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas a fim de propiciar um diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual e sua autonomia. Em cada avaliação proposta é verificado os critérios corretos e necessários, sempre obedecendo às instruções que regem a organização didática citada.

Mesmo com todos estes itens expostos ao docente do IFSP encontramos nas respostas ao questionário fornecido, o descontentamento de alguns docentes em relação ao aluno pertencente ao ensino médio integrado pela defasagem que este tem em sua formação. Nos itens de justificativas em diversos momentos foram colocados que esta defasagem de aprendizagem atrapalha o rendimento e sucesso da modalidade de ensino, porém, não vamos cortejar a progressão continuada adotada pelas escolas paulistas e sim como este professor avalia o aluno durante sua permanência na instituição.

A avaliação adotada pelo docente fica clara durante os conselhos bimestrais. No programa que a instituição ainda é integrante do Programa Vence, os professores da rede técnica apresentam suas avaliações e rendimento dos alunos e, em grande parte este rendimento é baixo.

De outro lado temos os professores da rede pública paulista em que os alunos se encontram em uma situação mais confortável em relação as suas notas. O que muitos creem é do aluno ter sucesso apenas nas disciplinas do ensino médio e possuir dificuldades de aprendizagem nas aulas da rede técnica. Porém, como coordenador, visualizo que tais professores trabalham de uma maneira diferenciada com suas avaliações.

Na rede paulista, a média para aprovação dos alunos é de apenas cinco (5). No IFSP a aprovação no Programa Vence é de seis (6) pontos. O programa por meio de sua organização didática trabalha com a média do IFSP. Tendo um cenário como este, influencia no resultado do conselho final, em que os alunos não têm nota suficiente na parte profissionalizante para aprovação e tem nota suficiente na parte do ensino médio. O aluno que tem notas insuficientes para aprovação entra em votação pelos membros do

conselho. Como os professores da rede estadual são maioria, acabam definindo pela aprovação de quase todos os alunos, devido ao bônus salarial proposto pela SEE-SP.

Observa-se aqui uma situação em que coube ao gestor perpetuar uma situação de anarquia organizada, uma vez que é o responsável por deferir tal situação que atende a legislação da rede pública estadual e não atende a legislação da rede técnica.

Em todos os itens selecionados e analisados duas situações ficam explícitas. A primeira é a identificação da anarquia organizada conforme descreve Lima (2011), ou seja, estão evidentes e frequentes no cotidiano da escola investigada e a segunda é a posição desconfortável do gestor da escola visto que independente da decisão que escolha estará em desacordo com uma das legislações – da rede pública estadual ou da rede técnica – uma vez que a legislação do ensino médio integrado não define tais situações.

## Considerações Finais

Esta pesquisa teve por objetivo principal verificar como a escola se orienta sobre a implantação da política pública educacional de junção do ensino médio regular com o ensino técnico, por meio da parceria entre instituições públicas para atender ao Decreto 5154/2004 (BRASIL, 2004). Com os problemas tradicionais que uma escola já vivencia independente da política pública em que é inserida, esta pesquisa limitou-se, principalmente, na investigação e análise do Programa Vence, parceria da rede pública paulista de ensino com o IFSP.

Além das diversas tarefas de um coordenador da rede federal de ensino, esta pesquisa apresentou dificuldades em encontrar as legislações e regras voltadas para o ensino médio técnico, pois grande parte dos materiais de referência encontrados é voltada aos programas tradicionais de ensino, como ensino regular, ensino técnico subsequente e concomitante.

Além das referências utilizadas para a base dos questionamentos apontados, o trabalho buscou verificar realmente o cenário e opinião dos atores desta política pública e para tanto tomou por referência o conceito de anarquia organizada de Lima (2011). Mesmo sendo apontado como um pré-teste, optou-se por deixar, neste trabalho, tal procedimento, pois a escola verificada apresentou uma realidade diferente que interfere na oferta do ensino, neste caso, ensino técnico integrado ao ensino médio.

Na oferta do questionário de pré-teste, não foi encontrado um momento adequado, como reuniões pedagógicas ou horários específicos para preparo de materiais dos docentes da rede paulista de ensino técnico, o que destaca a falta de preocupação da instituição em oferecer mais momentos de trabalho pedagógico entre os professores e gestores, dando a impressão que o professor só vai a escola para dar sua aula, sem interagir e trocar experiências pedagógicas com os outros docentes e seus gestores. A resposta do questionário pelos docentes foi rápida, entre intervalos de aulas, onde os respondentes nem chegaram a utilizar o campo de justificativa das perguntas. No questionário, foi evidenciado que os docentes solicitam a realização, dentro da escola, de mais momentos de discussão sobre o tema.

Comparando com a rede federal de ensino, os professores da parte técnica atuantes dos cursos integrados possuem um horário semanal para reuniões pedagógicas,

dando a sensação que as trocas e vivências pedagógicas sobre o ensino técnico integrado ao ensino médio são mais vistas e cortejadas entre os servidores, tanto que os docentes da rede federal não solicitaram, em sua grande parte, de mais momentos de discussão sobre o tema, por já acharem a discussão suficiente.

De uma forma geral de comparação a escola do pré-teste com a escola do questionário definitivo, observou-se que os professores atuantes da primeira escola não sentiram tanta diferença na oferta do ensino integrado ao deixar o ensino médio regular. Pela escola não ofertar os momentos de trocas de experiências e de ideias, os professores continuam ministrando suas aulas como se fossem dois (2) cursos separados e não integrado.

Já na escola do questionário definitivo, em que temos professores da rede estadual de ensino paulista e do governo federal, observou-se que os professores da rede federal possuem mais interesse em discutir, planejar e dialogar sobre as propostas do ensino integrado do que os docentes da rede estadual. Esta afirmação não corresponde ao fato de professores não estarem realizando seus trabalhos com dedicação e comprometimento, mas a carreira e proposta e missão da instituição federal contempla mais itens para a melhoria do ensino do que para os professores estaduais, conforme descrito no capítulo dois (2) desta pesquisa.

A proposta de integração ditada pelo Decreto 5151/2004 (BRASIL, 2004) é amplamente discutida e aceita na instituição federal. Pelos itens selecionados, destaca-se o ingresso, as finalidades dos cursos, impactando nas avaliações e conselhos ocorridos durante o curso.

O Programa Vence, como descrito no capítulo dois (2), tinha como objetivo de ampliar a ofertas e matrículas dos cursos técnicos pela parceria das duas instituições. Mas após o questionário fornecido, foi possível verificar os motivos das inquietações desta pesquisa. Na questão do ingresso dos alunos, pelo questionário verificou-se que muitos docentes relataram que o insucesso do curso integrado pode ser a falta de interesse dos alunos, pois muitos não sabem o motivo de estarem matriculados no curso, visto que sua entrada ocorreu por meio de lista de interesse e, posteriormente, sorteio. O aluno não foi efetivamente orientado do porquê de estar se matriculando em um curso integrado, qual o objetivo do curso e até mesmo, qual a estrutura curricular que este iria enfrentar durante os três (3) anos de curso.

O ingresso, pela parceria do programa, foi ditado no documento que regulamenta a entrada no curso, a organização didática. A ideia do sorteio era de garantir



oportunidade para todos, não realizando uma avaliação de seleção. Como muitos alunos são oriundos da rede estadual de ensino paulista, muitos chegavam para o primeiro ano do ensino médio sem uma noção mínima de conhecimentos básicos necessários para atingir as competências e habilidades das aulas práticas, tendo esta ausência de conhecimento resultado da política de aprovação automática adotada pela rede de ensino paulista para o ensino fundamental. Este trabalho não busca citar se a forma de ingresso dos alunos por meio de sorteio é errada ou não, mas cita o fato ocorrido na escola e vivenciado por ela.

Quanto às finalidades dos cursos, também foi observado que a preocupação dos participantes, tanto professores, gestores e alunos não estarem cientes da diferença entre o currículo integrado e o currículo tradicional pode afetar o sucesso desta modalidade de ensino. Como observado na escola do pré-teste, muitos docentes não encontraram dificuldades na oferta do ensino médio integrado, pois ainda trabalham com aulas modulares e não integrados.

O currículo do ensino médio integrado busca, além de oferecer o conhecimento básico necessário para a formação do cidadão, ter a oportunidade de uma qualificação profissional e o aluno conseguir ingressar no mercado de trabalho. Hoje, o que se encontra, com base nos resultados obtidos, são alunos alienados da parte técnica dos cursos e preocupados somente com as disciplinas solicitadas no processo seletivo vestibular para ingresso nos cursos superiores.

Além desta preocupação dos jovens, o que se encontra nos cursos integrados e suas finalidades são dos cursos não serem integrados na prática. No Programa Vence, a falta de comunicação entre os docentes da parte técnica com os docentes da rede estadual não favorece para a criação de atividades e planos de aula realmente integrados.

Tendo esta falta de comunicação como preocupante na finalidade dos cursos, ela afeta também a forma de avaliação dos docentes sobre as atividades realizadas pelos alunos. Embora exista uma organização didática que dita regras sobre como os docentes devem avaliar seus alunos, o que se encontra é uma forma de avaliação adotada pelos docentes da rede estadual e outra forma de avaliação pelos docentes da rede federal. Para ser ter uma ideia, na rede federal a média para aprovação nas disciplinas o aluno deve ter como média seis (6) pontos contra cinco (5) pontos da rede estadual. Na parceria, a média para todas as disciplinas, conforme organização didática é de seis (6)

pontos, mas muitos docentes esquecem-se desta informação, apenas corrigindo ou relembando nos conselhos de classe (quando estes aparecem nos conselhos).

Com relação ao item dos conselhos de classe, além das divergências sobre as avaliações em que os alunos apresentam notas altas no ensino médio e notas baixas no ensino técnico, a minha vivência e o questionário oferecido mostram a baixa preocupação e participação dos professores nos conselhos bimestrais. Somente nos conselhos finais, que decidem a aprovação ou não dos alunos por meio de votação, desde que estejam enquadrados nas regras da organização didática, os professores estaduais aparecem para evitar que os alunos sejam reprovados, fruto da ação proposta pelo governo estadual paulista de oferecer bônus salarial para membros de escola que apresentam baixos índices de evasão.

Ao todo, percebe-se que o Programa Vence conseguiu atender inicialmente a proposta de mão-obra qualificada por meio da oferta do ensino médio integrado ao médio, mas com tantas desistências de matrículas posteriormente, a escola objeto deste estudo demonstrou que, para atender esta demanda, necessita de um amparo legal para os itens selecionados, deixando de colocar nas mãos dos gestores diversas situações que não são contempladas pelo único documento que cita tal parceria, a organização didática. Deixa claro também, que um curso integrado não pode apenas ser ofertado de maneira modular, sem pensar nas competências, habilidades e atitudes de uma proposta totalmente integrada em conteúdo e forma, deixando de lado, mesmo em parcerias que buscam atender ao Decreto 5154/2004 (BRASIL, 2004).

Pelos problemas mencionados no dia a dia escolar, o Programa Vence deixa de ser oferecido pela escola de estudo a partir deste ano, sendo nos próximos anos apenas a possibilidade dos alunos participarem do processo seletivo vestibulinho ao qual todos os envolvidos são membros do IFSP. Esta proposta de ensino é muito importante para o crescimento do país, mesmo em momentos de crise econômica, pois oferece outros meios de conhecimento para os alunos envolvidos. Porém devem ser pensados e repensados os itens mostrados após a oferta do questionário, tendo foco principal, a criação de um currículo diferenciado.

Ao considerarmos, com base no conceito de anarquia organizada de Lima (2011) que a identificação de situações em desacordo com o estabelecido legalmente possibilita o início de uma investigação científica com vistas não apenas de um reestabelecimento de uma organização formal legal, mas sim de uma organização – no caso escolar – que privilegie o oferecimento de uma educação de qualidade à seus alunos e, em especial

aos concluintes da educação básica pode-se afirmar que esta pesquisa alcançou seu objetivo principal pois organizou e cotejou informações até então dispersas que podem contribuir para uma integração de fato de diferentes modalidades do ensino médio.

A forma como estas informações foram organizadas e “aproximadas” para a análise adensada de alguns poucos itens selecionados mostrou-se eficiente apontando para a possibilidade de que a realização deste procedimento com outros itens do cotidiano escolar contribua, no mínimo, para que o gestor da escola não tome suas decisões em desacordo com a legislação.

## Referências Bibliográficas

AAKER, et al. “**Marketing Research**” (7th Ed.), New York: John Wiley & Sons, Inc. 2001.

ANDRADE, Ana Keila Ennes. **Visão e perspectiva jurídica na educação de jovens e adultos (PROEJA):** direito à integralidade e a dinâmica de articulação com a especificidade do trabalho. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília. 1988.

BRASIL. MEC. INEP. **Relatório Educação para todos no Brasil – 2000 a 2015.** Brasília, 2015. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192). Acesso em: 02 mar. 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria para a educação profissional e tecnológica. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica.** Brasília, MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 1230 – de 11 de abril de 2012.** Organização Didática dos cursos de educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. Acordo de cooperação n. 002/11 celebrado entre o IFSP e a SEE/SP.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 1.170 – de 21 de setembro de 2010.** Autorização de funcionamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Barretos. Disponível em: <http://brt.ifsp.edu.br/v2/index.php/o-ifsp-14>. Acesso em 14 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n. 11 de 9 de maio de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em 20 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2013 – Resumo Técnico.** Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf). Acesso em 10. jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer n. 45 de 12 de janeiro de 1972.** A qualificação para o trabalho no ensino de 2.º grau. O mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional. Disponível em: [siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/parcfe45\\_72.doc](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/parcfe45_72.doc). Acesso em: 10 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Resolução 94, de 29 de setembro de 2015**. Organização didática do IFSP. Disponível em: [http://www.ifsp.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2183](http://www.ifsp.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2183). Acesso em: 12 dez, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Chamada Pública MEC/SETEC n. 001/2007**. Chamada pública de propostas para o apoio ao plano de expansão da rede federal de educação tecnológica – fase II. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/edital\\_chamadapublica\\_fase2.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/edital_chamadapublica_fase2.pdf). Acesso em 10 set 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Barretos. Secretaria de educação do Estado de São Paulo. **Plano do curso de técnico em informática integrado ao ensino médio 2012**. Disponível em: <http://brt.ifsp.edu.br/v2/index.php/tecnicos-integrado/25-cursos/cursos/61-Informatica>. Acesso em: 02 fev. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.12.513 de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm). Acesso em 10 out. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em: 23 mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em 12 out. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm). Acesso em: 23 mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 4.127 de 25 de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de

1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em 10 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm). Acesso em 15 nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 5692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm). Acesso em 12 jan. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm). Acesso em 21 jan. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em 10 jul. 2016.

BATISTA, Sueli Soares dos Santos Batista. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: entre a continuidade e a ruptura**. Cultura, saberes e práticas. Memórias e história da educação profissional. Centro Paula Souza. São Paulo. 2011.

CARVALHO, Marcelo Sávio Rovedo Menezes de. **A trajetória da internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição de mecanismos de governança**. Dissertação de Mestrado em Ciências de Engenharia de Sistemas e Computação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes. Política Educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXII, nº 75, pp. 67-83. 2001.

COSTIN, Claudia. **Desafios na educação no Brasil: como enfrentá-los**. Seminário internacional 2015. **Caminhos para a qualidade da educação pública: gestão escolar**. Disponível em: [http://www.seminariogestaoescolar.org.br/site/files/materiais/P14%20-%20Costin\\_Banco%20Mundial.pdf](http://www.seminariogestaoescolar.org.br/site/files/materiais/P14%20-%20Costin_Banco%20Mundial.pdf). Acesso em 21 fev. 2016.

FUNDAÇÃO LEMANN E MERITT. **Indicadores do ensino médio regular**. 2015.

Disponível em: <http://www.qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento>. Acesso em 14 out. 2015.

GIACOMINI-FILHO, Gino. A parceria como incremento no Marketing Educacional. Comunicação Empresarial On line. **Marketing Educacional**. 2006. Disponível em: [http://www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/artigos/marketing\\_eseducacional/artigo2.php](http://www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/artigos/marketing_eseducacional/artigo2.php)> Acesso em: 10 jun. 2014.

HEIJMANS, Rosemary Dore. **Evasão escolar é debatido no encontro Diálogos Formativos**. Instituto Federal de Brasília. Brasília, 9 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.ifb.edu.br/brasilia/noticias/4602-evasao-escolar-e-debatido-no-encontro-dialogos-formativos> > Acesso em: 5 de maio de 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE [on line]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 de janeiro de 2016.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais INEP [on line]. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 5 de maio de 2014.

JAHN, Filipe. O ensino médio e seus caminhos. **Revista Educação 2011**. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/169/o-ensino-medio-e-seus-caminhos-234935-1.asp>. Acesso em 20 jan. 2016.

KUENZER, Acácia. **As propostas de decreto para regulamentação do Ensino Médio e da Educação Profissional: uma análise crítica**. Curitiba, 26 de outubro de 2000.

LIMA, Licínio Carlos Viana da Silva. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ, 1997.

MARIN, Alda Junqueira; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. Escola, regulamentações e regulações: algumas consequências para o trabalho docente. In: MARIN, A. J. (Org.). **Escolas, organização e ensino**. 1ªed. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, v. 1, p. 147-167, 2013.

MARTINO, Mariluci Alves. **A importância das parcerias na educação profissional**. Tese de Doutorado em Educação e Currículo. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2006.

ORTIGARA, Claudino. **Reformas educacionais no período Lula (2003-2010): implementação nas instituições federais de ensino profissional**. Universidade de Campinas, Campinas. 2012.

RUS PEREZ, José Roberto. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Educação & Sociedade**, Campinas, v 31, n 113, pp. 1179-1193. 2010.

SAMPAIO, Marcus Vinicius Duarte. **Educação profissional: a expansão recente do IFRN e a absorção local de egressos no mercado de trabalho**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2013.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 57.121, de 11 de julho de 2011**. Institui o Programa Rede de Ensino Médio Técnico – Rede, na Secretaria da Educação e dá providências correlatas.

SOUZA, Sandra Maria Zákia Lian de. Parceria escola-empresa no estado de São Paulo: Mapeamento e Caracterização. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXI, n. 70, pp. 171-188. 2000.

VALENTE, José Armando (org.). **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas, SP. UNICAMP-NIED. 1999.

WITTACZIK, Lidiane Soares. Educação Profissional no Brasil: Histórico. E-tech: **Atualidades Tecnológicas para competitividade industrial**. Florianópolis, v.1, n.1, pp -77-86. 2008.



## Anexos

### Anexo 1 – O questionário

#### QUESTIONÁRIO PARA GESTORES ESCOLARES E PROFESSORES

Escola: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Responsável pelas informações: \_\_\_\_\_ Cargo ou função \_\_\_\_\_

Horário do início: \_\_\_\_\_ Horário do encerramento: \_\_\_\_\_

As informações aqui obtidas farão parte de uma pesquisa cujo objetivo é o de investigar e descrever como o ensino médio integrado é interpretado e utilizado pela escola da rede pública. A identificação de cada escola, para efeito de análises e com ciência do responsável pelas informações é substituída por um nome fictício.

1-O modelo de ensino médio integrado garante aos alunos o acesso a um modelo de educação de maior qualidade se comparado ao modelo de Ensino médio oferecido nas escolas públicas paulistas de ensino regular?

Sim ( ) Não ( ) Não tenho opinião à respeito ( )

Justifique: \_\_\_\_\_

---

---

---

2-O modelo de ensino médio integrado garante aos professores atuantes maior possibilidade de sucesso no que se refere ao ensino e aprendizagem de seus alunos se comparado ao modelo de ensino médio oferecido nas escolas públicas paulistas de ensino regular?

Sim ( ) Não ( ) Não tenho opinião à respeito ( )

Justifique: \_\_\_\_\_

---

---

---

3-O modelo de ensino médio integrado possibilita uma aproximação maior entre a equipe gestora da escola e seus professores se comparado ao modelo de ensino médio oferecido nas escolas públicas paulistas de ensino regular?

Sim ( )          Não ( )          Não tenho opinião à respeito ( )

Justifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4-A implantação do ensino médio integrado afetou de alguma maneira (positiva ou negativamente) o desenvolvimento dos trabalhos (pedagógicos, administrativos ou ambos) na sua escola?

Sim ( )          Não ( )          Não tenho opinião à respeito ( )

Justifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5- Existem complicadores para o sucesso do modelo de ensino médio integrado em sua escola?

Sim ( )          Não ( )          Não tenho opinião à respeito ( )

Justifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6- Existem facilitadores para o sucesso do modelo de ensino médio integrado em sua escola?

Sim ( )          Não ( )          Não tenho opinião à respeito ( )

Justifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

7- Informações referentes ao modelo de ensino médio integrado são discutidas, em sua escola, em quais momentos?

- Não são discutidos
- Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo ATPCs
- Reuniões de Planejamento e Replanejamento
- Visitas do Supervisor de Ensino
- Informalmente na Sala dos Professores
- Outro (s)

Justifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

8- Esses momentos são suficientes para a discussão desse tema ou seriam necessários mais momentos específicos?

Sim ( ) Não ( ) Não tenho opinião à respeito ( )

Justifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

9- Você identifica conflitos nas legislações que amparam o ensino médio integrado e o ensino médio regular?

Sim ( ) Não ( ) Não tenho opinião à respeito ( )

Justifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

10- Para você a discussão do tema ensino médio integrado é relevante para o bom desenvolvimento dos trabalhos na escola?

Sim ( ) Não ( ) Não tenho opinião à respeito ( )

Justifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

---

---

11-Você tem dúvidas sobre a legislação que ampara o ensino médio?

Sim ( )      Não ( )      Não tenho opinião à respeito ( )

Justifique: \_\_\_\_\_

---

---

---

12-Suas expectativas, para os próximos 5 anos, em relação aos desdobramentos do ensino médio integrado como política que contribui para uma educação pública de qualidade são:

Positivas ( )      Negativas ( )      Não tenho opinião à respeito ( )

Justifique: \_\_\_\_\_


---

---

---

**Grato pela contribuição**

## Anexo 2 – Autorização para coleta de dados

	<p align="center"><b>CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA</b></p>
<p align="center"><b>AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS</b></p>	
<p>Araraquara, 11 de novembro de 2014.</p>	
<p>Ilmo Sr. Diretor Geral SÉRGIO VICENTE DE AZEVEDO</p>	
<p>Venho através desta solicitar a autorização para a realização da coleta de dados da pesquisa intitulada “O ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO REGULAR NA REDE PÚBLICA: DA REGULAMENTAÇÃO EXTERNA À REGULAÇÃO INTERNA” sob a minha orientação e com a participação dos discente ANTONIO FELICIO FILHO do curso de Mestrado em Processos de Ensino, Gestão e Inovação do Centro Universitário de Araraquara.</p>	
<p>O trabalho tem como objetivo: investigar e descrever como o ensino médio integrado é interpretado e utilizado pela escola da rede pública, bem como objetivos específicos captar as representações dos professores e gestores escolares quanto ao objeto de estudo e elaborar um instrumento que contribua com a compreensão da política do ensino médio integrado.</p>	
<p>Informo que o referido projeto será submetido à avaliação ética junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, e me comprometo a encaminhar a vossa senhoria uma cópia do parecer ético após a sua emissão.</p>	
<p>Desde já, coloco-me à disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida que possa surgir.</p>	
<p>Antecipadamente agradeço à colaboração.</p>	
<p align="center">_____ * Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui Orientador responsável</p>	
<p align="center"><b>Para Preenchimento da Instituição Co-participante</b></p>	
<p><i>“Declaro quer após ler e concordar com o parecer ético que será emitido pelo CEP da instituição proponente, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.</i></p>	
<p>Deferido <input checked="" type="checkbox"/> Indeferido ( )</p>	
<p>Assinatura _____</p>	<p>Data: 11/11/2014</p>
<p>Carimbo: _____ DR. SERGIO VICENTE DE AZEVEDO PROF. EBTT / DIRETOR GERAL SIAPE: 1906126 IFSP - CAMPUS BARRETOS</p>	
<p align="center">CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA/UNIARA – Rua Voluntários da Pátria nº 1307, Centro – Fone: 16 3301.7111 – CEP 14801-320 – Araraquara/SP</p>	

### Anexo 3 – Termo de consentimento livre e esclarecido



## CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

#### Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar e descrever como o ensino médio integrado é interpretado e utilizado pela escola da rede pública. Os relatos descritos através de respostas à questionários estruturados, serão identificados por códigos, preservando portanto a sua identificação. Os resultados da pesquisa serão parte integrante da minha Dissertação de Mestrado em Educação, porém comprometo-me a apresentá-los junto à escola pesquisada.
2. Ao participar deste trabalho estarei contribuindo para a coleta de dados relevantes à área da pesquisa científica, benefícios relevantes para o sujeito da pesquisa no campo da educação e para a gestão escolar, para a capacitação do pesquisador em relação à área que está sendo pesquisada e no uso do material e dos dados da pesquisa exclusivamente para os fins previstos na pesquisa.
3. A minha participação como voluntário (a) deverá ter a duração suficiente apenas para colaboração em responder a um questionário que será aplicado, em ambiente adequado, pelo pesquisador.
4. Os procedimentos aos quais serei submetido não provocarão danos morais, físicos, financeiros ou religiosos.
5. Não terei nenhuma despesa ao participar desse estudo.
6. Os materiais empregados na coleta dos dados, serão de responsabilidade do pesquisador.
7. Meu nome será mantido em sigilo, assegurado assim a minha privacidade e se desejar, deverei ser informado dos resultados dessa pesquisa.
8. Poderei deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem prejuízo.
9. Poderei recusar em participar da pesquisa e mesmo abandonar o procedimento em qualquer momento, sem prejuízos ou penalizações e, poderei recusar a responder qualquer pergunta que por ventura analisar que possa me causar constrangimento.
10. Na aplicação do questionário o pesquisador poderá usar gravador de voz, caso haja meu consentimento.
11. Minha participação será voluntária, não resultará em privilégio de qualquer caráter e espécie, seja financeiro ou de qualquer natureza, e assim também, caso houver necessidade da participação de alguém da equipe escolar que vier a auxiliar-me, não envolverá em qualquer risco e exposição prejudiciais.
12. Na apresentação dos resultados não serão citados os nomes dos respondentes e das escolas participantes da pesquisa.
13. Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos poderei entrar em contato com a mestrando/pesquisador pelo telefone (17) 991512998 ou pelo email [antonioflc@gmail.com](mailto:antonioflc@gmail.com).
14. Estou ciente de que poderei contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Araraquara-UNIARA para apresentar recurso ou reclamações em relação à pesquisa através do telefone, endereço e e-mail informados para que tomem as providências necessárias.



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Diante dos esclarecimentos prestados, concordo em participar do estudo "O ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO REGULAR NA REDE PÚBLICA: DA REGULAMENTAÇÃO EXTERNA À REGULÇÃO INTERNA", na qualidade de voluntário (a).

Barretos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do voluntário

Nome do Pesquisador: Antonio Felicio Filho

Contato: 17 991512998